

NOVOS RUMOS

JAIR PUNE PERI

O general Peri Bevilacqua foi punido pelo ministro da Guerra em virtude dos seus pronunciamentos públicos e da nota de instrução em que ataca as entidades de trabalhadores, especialmente o CGT. A punição foi tornada pública através da divulgação de um comunicado oficial que declara notadamente o seguinte: «O ministro da Guerra, tendo em vista a necessidade de recompor o clima de serenidade e respeito

às autoridades constituídas, comprometido por uma artificial crise político-militar originada em pronunciamentos e declarações do general-comandante do Segundo Exército e imediatamente encampadas, distorcidas e propagadas para todo o País, pela área política interessada na oposição sistemática às diretrizes governamentais, resolve adverti-lo sobre o inconveniente de tal comportamento contrariando suas determinações expressas e positivas.»

ANO V — Rio, semana de 27 de setembro a 3 de outubro de 1963 — Nº 240

UNIDADE E AÇÃO DAS MASSAS PARA ESMAGAR O GOLPISMO E DERROTAR A CONCILIAÇÃO

Líderes Populares Lançam Manifesto Unitário ao Povo

Sábado, dia 21, reuniram-se para examinar a situação política nacional, frente dos atuais governos, representantes de entidades sindicais, estudantes e camponeses, parlamentares, nacionalistas e líderes de organizações populares, resultando do encontro importante manifesto, cuja íntegra publicamos abaixo:

Os representantes das forças populares, do CGT, da UNE, das entidades camponesas, femininas e parlamentares nacionalistas, dada a extrema gravidade da situação nacional, resolvem levar ao povo brasileiro as seguintes decisões:

- 1 — Manifestam o seu integral apoio à causa dos sargentos, que lutam pelo direito de ter os seus representantes nas Casas Legislativas do País. É urgente, para isso, reformar a Constituição.
- 2 — Expressam sua solidariedade à classe operária brasileira, e ao movimento sindical, duramente atingidos em sua dignidade, pelas declarações do general Peri Constant Bevilacqua.
- 3 — Conclamam todas as organizações populares a fazerem chegar, por todos os meios e formas, ao Congresso e ao Governo Feder-

al, a exigência de uma solução legal para o caso dos sargentos.

As forças populares afirmam, nesta hora grave para o País, a sua unidade e a sua disposição de não aceitar qualquer medida de exceção. As forças populares, nesta hora, cabe lutar firmemente, pela instauração no País de uma Democracia autêntica, defendendo intransigentemente as liberdades já conquistadas.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1963.

Pelos deputados nacionalistas: Leonel Brizola, Sérgio Magalhães, Antônio Garcia Filho, Max da Costa Santos, Marco Antônio, Neiva Moreira e Ferro Costa. Pelo CGT: Clodsmith Riani, Dante Pelacani, Alfredo Pereira Nunes, Aluisio Palhano, Melo Bastos, Costa Pinto, Rafael Martinelli, Severino Schaiipp, José Paulo da Silva, Osvaldo Pacheco. Pela União Nacional dos Estudantes: José Serra, Marcelo Diniz Cerqueira. Pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil: Lindolfo Silva, Nestor Vera e José Puzosa. Pelo Movimento Nacional dos Sargentos: Garcia Filho.

A reação entreguista intensifica sua atividade antipopular e antinacional. Evoluindo de ataque inicial ao CGT, que na realidade foi um pronunciamento contra o presidente da República e o ministro da Guerra, o general Peri Bevilacqua procura transformar e comando do II Exército no centro da agitação antidemocrática e da conspiração golpista. As forças que o apóiam e estimulam são bastante conhecidas. E seus objetivos também. Querem dar um passo decisivo para a restauração da ditadura militar, através da manutenção das intervenções de estado para manter seus privilégios, diretos ou indiretamente ligados à especulação imperialista e à exploração latifundiária. Por isso se voltam, furiosas, em primeiro lugar contra o movimento sindical operário, procurando golpear sua cúpula organizada e combativa, o CGT. Por isso se voltam contra todo o movimento nacionalista e democrático. E já pregam descaradamente o golpe reacionário, visando a deter as lutas das massas trabalhadoras e populares, liquidar as liberdades, barrar e fazer retroceder o processo democrático, cujo avanço tem sido uma das características mais importantes da situação do País nos últimos tempos. E é na resistência e na ação retrógrada dessas forças caducas que vamos encontrar as raízes dos principais males que afligem a Nação, as causas mais profundas das dificuldades e das crises que o País tem atravessado.

Temos dito e repetido que a política do sr. João Goulart, conciliando com os inimigos de nosso povo, com as forças do imperialismo e do latifúndio, leva a duas consequências igualmente desastrosas: os problemas nacionais não são resolvidos e se agravam, daí resultando maiores privações e sofrimentos para as grandes massas; as forças da reação e do entreguismo se fortalecem e encorajam, voltando sempre a insistir em seus criminosos propósitos. Os fatos comprovam o que temos dito. A inflação continua desenfreada e a carestia da vida sobe vertiginosamente. Por outro lado, a reação arrogante e o imperialismo norte-americano pressionam com vigor crescente, chegando ao descaradamente das últimas declarações do sr. David Bell, diretor do chamado Programa de

Ajuda Exterior do governo lanque, o qual se julgou com o direito de acusar o governo brasileiro de irresponsável e tratante. Não pode haver dúvida: os fatos revelam a bancarota da política de conciliação seguida pelo presidente da República.

Outro é o caminho. Os problemas nacionais devem ser enfrentados e resolvidos, constituindo-se um governo que leve à prática uma política orientada nesse sentido, uma política que rejeite os privilégios dos monopólios imperialistas, que sugam nossa economia, e dos latifundiários, que monopolizam a terra e impõem condições de miséria e escravidão no campo. Com os poderes que possui, já de há muito e presidente da República, independentemente da maioria reacionária do Congresso, poderia ter enveredado por esse caminho, pois existem medidas, como por exemplo as relativas aos problemas do câmbio e do comércio exterior, da competência exclusiva do Executivo. E será seguindo por esse caminho que o sr. João Goulart poderá contar com o apoio da esmagadora maioria da Nação, daquelas forças efetivamente decisivas, cuja ação coordenada terá também influência sobre o próprio Parlamento, sendo capaz de romper sua resistência reacionária e conquistar as reformas de base e as emendas constitucionais necessárias.

O momento que o País atravessa exige, diante do agravamento da situação econômica, da crescente instabilidade política, dos arrogantes da reação e do entreguismo, que os patriotas e democratas se unam cada vez mais estreitamente e redobrem sua ação organizada. O Manifesto lançado pelos representantes do CGT, da UNE, do Movimento Nacional dos Sargentos, das entidades camponesas e femininas, dos parlamentares nacionalistas, deve ser levado a todo o nosso povo e transformado num poderoso instrumento de ação de massas. Será através das lutas das massas em defesa das suas reivindicações, da unidade e ação de todas as forças nacionalistas e democráticas, que nosso povo, derrotando as manobras conciliatórias e as ameaças golpistas, conquistará novas vitórias.

Bancários: Greve se Estende a Todo o País

É de inteira e exclusiva responsabilidade dos patrões a paralisação dos Bancos em quase todo o País, iniciada esta semana. Na Guanabara, em São Paulo, Minas, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, Amazonas, Brasília e outros pontos, a greve dos bancários é o protesto contra a intangibilidade patronal. Os bancários da Guanabara negaram-se, desde o início, a manter qualquer entendimento com seus empregados. Recorreram acodadamente à Justiça do Trabalho. Esta julgou o pedido, sem conhecer o verdadeiro sentido das cláusulas de acordos anteriores, depois de falharem todas as tentativas de conciliação, ainda por culpa exclusiva dos banqueiros.

REIVINDICAÇÕES

Pleiteiam os bancários o seguinte: estabilidade aos dois anos de serviço (que conquistaram em 1934 e perderam anos depois); gratificação semestral nunca inferior a um salário mensal, independentemente dos benefícios da Lei n. 4.090 (13% salário); pagamento do salário-família na base de 2 mil cruzeiros por dependente; reajustamento salarial fixo de 15 mil cruzeiros, mais 75% sobre os salários de outubro de 1962; antecipação, a partir de março próximo, a ser compensado no futuro acordo, de 50% sobre o salário agora reivindicado; adicional de mil cruzeiros por ano de serviço no mesmo banco e de cinco mil por quinquênio; adicional mínimo de 12 mil para cargos em comissão; majoração das taxas de salário mínimo em 30% para os empregados na portaria e em 5% para o pessoal de escrita e tesouraria; nível salarial para os empregados com mais de 30 anos de serviço nunca inferior a cinco vezes o salário profissional.

PODEM PAGAR

Os banqueiros podem atender essas reivindicações. Seus lucros sobem, a cada ano, em progressão geométrica. O aumento percentual dos lucros, de 1961 e 1962 foi, em dos menores bancos, o Alfomares, de 190%. Em geral, o aumento oscilou entre 200 e 300 por

cento. O Banco do Estado da Guanabara, nesse período, aumentou seus lucros de 544%.

O QUE DEU O TRT

O Tribunal deixou de fixar um aumento mínimo. Isto significa para 5 mil bancários, a maioria de apenas algumas centenas de cruzeiros, isto é, 70% sobre o atual salário mínimo. Da percentagem estipulada de 70%, serão descontados os 30% do abono de março, reduzindo-se o aumento a apenas 40% aproximadamente, 32% sobre os salários atuais. É fácil imaginar o que isto significa quando se sabe que 63% dos bancários percebem salários inferiores a Cr\$ 34.800,00. Por outro lado, o TRT deixou de apreciar os outros itens das reivindicações pleiteadas.

É preciso dizer que os bancários suspenderam a greve no dia do julgamento. E só paralisaram o trabalho alguns dias depois, insistindo junto aos banqueiros na necessidade de um acordo aditivo, que contemple as deficiências da sentença proferida pelo TRT.

GREVE DOS CARRIS

A greve dos trabalhadores em carris poderia ter sido evitada, há muito tempo, se o governo do Estado tivesse desejado. É a própria "Tribuna da Imprensa", da última terça-feira, quem conta que o governador da Guanabara não quis nem tomar conhecimento do problema a ele apresentado pelos trabalhadores, por considerar o movimento de meses atrás, "coisa de comunista" — juízo que o sr. CL féz, segundo o jornal, só porque a greve coincidiria com a data da reeleição, no Rio, do Congresso de Solidariedade ao Povo Cubano.

Milhares de trabalhadores pleiteiam aumento de salário, enquanto, outros (mais de mil) lutam pelo direito de continuar trabalhando. E que, com a substituição dos bondes da Zona Sul do Rio por "troleis", eles ficaram sem trabalho. Alguns, embora com direito a aposentadoria, permanecem esquecidos.

URSS e Tchecoslováquia Oferecem Auxílio às Vítimas do Paraná

A União Soviética, em mensagem de Kruschiov ao presidente João Goulart, enviou condolências e ofereceu auxílio aos sobreviventes da catástrofe do Paraná, enquanto a Tchecoslováquia, através da Cruz Vermelha, comunica o envio de roupas, agasalhos e medicamentos, ao tempo em que seu presidente, sr. Antonin Novotny, transmite seu pesar em mensagem ao povo brasileiro.

É o seguinte o texto do telegrama do primeiro-ministro soviético:

"Ao Exmo. sr. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil,

"Queira aceitar, Senhor Presidente, profundas condolências e sentimentos do Governo e do povo soviéticos pela catástrofe que se abateu sobre a população do Estado do Paraná em consequência dos incêndios florestais. O Governo Soviético está disposto, se Vossa Excelência quiser aceitar, a enviar um grupo de médi-

cos e especialistas soviéticos a fim de dar apoio aos sobreviventes das desgraças. A Cruz Vermelha da URSS coloca à Vossa disposição medicamentos e viveres. Queira transmitir os nossos pésames às famílias das vítimas. (a) Nikita Kruschiov, Kremlin, 12 de setembro de 1963."

Comunica-se de Praga que a Cruz Vermelha tchecoslovaca enviou à sua congênera brasileira, por via marítima, vinte caixas contendo roupas e agasalhos, no valor de 200 mil coroas, equivalentes a 27 mil e 700 dólares. Por via aérea, foram remetidos medicamentos no valor de 30 mil coroas.

Em mensagem ao sr. João Goulart, o presidente da Tchecoslováquia expressou "os sentimentos de simpatia e de pesar para com os brasileiros do Paraná que tiveram seus lares e bens destruídos e as lavouras e florestas devoradas pelo fogo".

Elegibilidade, Liberdade e Anistia

Na Câmara Federal, o deputado Adão Pereira Nunes apresentou projeto de anistia para todos os implicados nos acontecimentos de Brasília. A proposição vem obtendo amplo apoio em todos os setores da vida nacional. Ao lado disso, cresce a campanha de solidariedade aos sargentos e às suas famílias, bem como o movimento pela liberdade imediata de todos os presos e o protesto contra as con-

Solidariedade Total ao CGT e Repúdio a Peri

De todo o Brasil avolumam-se as manifestações de solidariedade ao CGT e o repúdio dos trabalhadores às provocações do general Peri Bevilacqua contra o movimento sindical e as organizações dirigentes da classe operária. Em São Paulo, a esmagadora maioria dos sindicatos divulgou pronunciamentos e manifestou-se em assembleias. O mesmo

ocorre na Guanabara. Parlamentares e personalidades políticas, entidades e dirigentes populares e estudantes rechaçam as provocações do comandante do II Exército e denunciam a trama golpista que armam os gorilas civis e militares partindo dos seus pronunciamentos revoltantes. Nas páginas 2, 3, 5 e 8 os leitores encontrarão amplas informações.

URSS Responde à China

O governo da União Soviética, respondeu energeticamente à nota do governo da República Popular da China, a propósito notadamente da assinatura do acordo de proscrição das provas na atmosfera, no espaço cósmico e submarinas com armas nucleares. Um amplo resumo do documento soviético será encontrado pelos leitores em suplemento que acompanha esta edição e que não pode ser vendido separadamente.

Visita com resultados auspiciosos

Foram auspiciosos os resultados da visita do marechal Tito ao Brasil. A declaração conjunta assinada pelos dois presidentes e o acordo comercial firmado entre o Brasil e a Iugoslávia assinalam momentos positivos da política externa que vem sendo seguida pelo governo brasileiro, revelando inclusive as amplas possibilidades de sua ampliação tendo em vista os próprios interesses do Brasil. Leia Nota Econômica na pág. 3 e matéria na pág. 4.

Repúdio Geral a Peri e Solidariedade ao CGT

TRABALHADORES DEFENDERÃO O CGT

Agostinho Oliveira

Com a intensificação das lutas específicas da classe operária, as organizações sindicais vêm assumindo o papel dirigente nos trabalhos pelas reivindicações econômicas, sociais e políticas do povo. Após as greves gerais de 5 de julho e de setembro de 1962, esse papel dirigente foi atribuído ao Comando Geral dos Trabalhadores.

Os grupos reacionários de dentro ou de fora do Governo não vêm com bons olhos o crescente ascensão do proletariado brasileiro nas lutas em prol da emancipação econômica e social da nossa pátria. Com um pânico, gritam com a força de todos os pulmões que o CGT é ilegal, que precisa ser fechado, que é uma organização fora da lei.

Fundamentalmente, esses grupos procuram dividir o movimento operário. Para isso chegaram a montar a UST, que, apesar dos milhões gastos, fracassou em sua séria missão de minar o movimento operário. Dessa investida, ainda mais fortalecido saiu o CGT.

A atual campanha que tem o intuito de desmoralizar o CGT é o recurso dos inimigos do povo brasileiro, após o fracasso da UST, para desprestigar e abalar a organização que dirige milhões de trabalhadores das cidades e dos campos.

A reação interna e o imperialismo norte-americano, devido ao crescente prestígio do CGT, caem na política do desespero, valendo-se, inclusive, das provocações que o general Peri Beviláqua tem lançado contra a organização operária, numa verdadeira onda de agressões e difamações, que tem livre curso nos órgãos de propaganda, no rádio, na imprensa, nos jornais e na televisão, alimentados pelos verbos do imperialismo norte-americano e dos grupos reacionários brasileiros.

A justa resposta a esses inimigos dos trabalhadores, de nossa pátria, de nosso povo será dada pelo movimento sindical, que desagravará o CGT das infâmias e difamações com que procuram solapar sua inquebrantável unidade e seu espírito de luta.

Os sindicatos, as federações, os conselhos sindicais e comandos estaduais, como representantes dos trabalhadores, através dos meios de que dispõem, desagravará o CGT.

Os grupos reacionários, todos os agentes do imperialismo, os gorilas não poderão por esperar por esse desagravo que virá.

Guanabara

Aumento salarial: Petrobrás

Os trabalhadores da Petrobrás reivindicam aumento imediato de 50% e cota fixa de Cr\$ 5.000,00 mensais.

Foram incluídos na pauta de melhorias o salário-família de Cr\$ 4.000,00 e estabilidade de 5 anos de serviço.

Metalúrgicos: assembléia amanhã

Realizar-se-á amanhã, dia 27, na sede do Sindicato, uma reunião ampliada de delegados de fábrica (uma convocação geral dos metalúrgicos) para a discussão da situação política e da solidariedade ao CGT.

No sábado, dia 28, será realizada um baile para todos associados.

Bebidas: contraproposta

Reunidos dia 18 último, na sede do Sindicato, os trabalhadores na Indústria de Bebidas e Refrigerantes rejeitaram a proposta patronal de aumento na base de 60% inferior à elevação do custo de vida) sobre o atual salário. A comissão de estudo salarial do Sindicato permanece reunida elaborando uma contraproposta a ser apreciada pelos trabalhadores nos próximos dias.

Dia 5 de outubro próximo será realizada o mais um baile promovido pelo Centro Recreativo da Entidade.

Sapateiros reunidos: necessitamos de 100%

Reunidos dia 18 em assembléia geral, os trabalhadores na indústria de calçados delegaram poderes a uma delegação sindical para levar ao conhecimento dos industriais e com eles discutir a reivindicação dos trabalhadores de elevação de 100% aumento salarial para a assinatura de novo contrato coletivo.

O Sindicato participa a todos os trabalhadores a realização da festa de confraternização por motivo da inauguração da nova sede, situada à Rua Souza Valente, 7, em S. Cristóvão. A data depende ainda de ratificação, porém está, de início, marcada para o dia 5 próximo.

Motoristas, hoje, no DNT

A mesa-redonda inicialmente marcada para o dia 19 foi transferida para hoje, dia 26, no Departamento Nacional do Trabalho, às 15 horas, para discussão do novo contrato salarial.

O Sindicato dos rodoviários está programando grande festa para o dia 12 de outubro próximo, às 20 horas, por motivo da posse da diretoria recém-eleita por grande margem de votos.

Ferrovários contra o golpe e interdição

Em oportuna advertência o Sindicato dos Trabalhadores da Leopoldina manifestou total repúdio da classe operária às manobras golpistas que as forças reacionárias vêm desenvolvendo, ao mesmo tempo em que protesta contra a interdição "até segunda ordem" dos aparelhos telefônicos: 23-1034 e 23-0861 ambos pertencentes ao Sindicato.

Também o Sindicato manifestou "a sua total repulsa à instalação do prolapado "estado de sítio", colocando-se contra qualquer regime cujos objetivos são os da liquidação das liberdades democráticas".

De todos os setores da vida nacional — exceto, naturalmente, os interessados na manutenção da espolição do povo — participam manifestações contra as declarações do comandante do II Exército, general Peri Beviláqua, e em solidariedade ao Comando Geral dos Trabalhadores e demais organizações sindicais atingidas pelo indigitado militar, CNTI.

O deputado Clodsmith Riapi, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e do CGT, fez a NOVOS RUMOS as seguintes declarações: "A nota do general Peri Beviláqua é estranha. Falta-lhe, sobretudo, autoridade para emitir conceitos a respeito do movimento sindical. A nota de instrução baixada pelo comandante do II Exército é caluniosa e insultuosa a população, atitude que não cabe a um comandante do Exército.

"Quem é o general Peri para falar sobre direito de greve e sobre a atividade do movimento sindical? O direito de greve é um direito garantido pela Constituição Federal, e a tradição democrática dos trabalhadores brasileiros só não é reconhecida por aqueles que estão ao lado das forças reacionárias, onde se coloca o general Peri, depois de ter mantido, no passado, uma posição legalista ao lado dos trabalhadores que, graças a amplo movimento, deram posse ao presidente João Goulart.

"Os ataques do general Peri devem estar voltados contra os latifundiários que sonham o leite à população, e não contra o CGT, órgão legitimamente representativo dos trabalhadores.

"Acreditado que o pensamento do general Peri Beviláqua é pessoal e isolado, não encontramos ressonância nas fileiras das forças armadas brasileiras".

Ainda na CNTI, ouvimos seu tesoureiro Francisco Plácido das Chagas, que assim se expressou:

"O general Peri Beviláqua deveria voltar seus ataques contra os senhores de alimentos, contra os assassinos de crianças e estimuladores da fome, e não contra a classe operária e suas reivindicações. As declarações do comandante do II Exército o colocam em choque frontal com a política do governo federal".

PARLAMENTARES

Vários deputados da Assembleia Legislativa da Guanabara prestaram declarações à reportagem sobre a nota do comandante do II Exército.

Disse o petetista Sivalva Sampaio: "Assim como os sindicatos representam os trabalhadores de uma classe, o CGT representa os operários de todo o Brasil na luta por suas reivindicações e pela manutenção das liberdades democráticas. Os ataques desferidos pelo general Peri Beviláqua contra a central operária brasileira, além de irem contra os legítimos interesses dos trabalhadores, são incompatíveis com a política governamental e com o próprio Regulamento Disciplinar do Exército".

JOSE TALARICO (PTB): "O CGT é um órgão representativo idêntico à AFLCIO (Federação Americana de Trabalhadores) ou às centrais sindicais existentes em quase todos os países. Em virtude de não se haver estabelecido a reforma da C.T. face à Constituição de 1946, que estatuiu a

liberdade sindical, não se criou o CGT na atual estrutura sindical. Apesar disso, o CGT é um órgão que luta de fato pelas reivindicações operárias, pelas formas de base e pelas reivindicações populares. Se o Brasil tivesse referendado a Convenção Internacional n.º 87 da Conferência de São Francisco, hoje, não se levantariam mais objeções ao CGT. Seja como for, trata-se de um órgão que representa de fato os trabalhadores. Pretender silenciar esse órgão é atacar contra a carta de princípios das Nações Unidas e contra a própria Constituição, que assegura as liberdades sindicais, e contra a Convenção Internacional que assegurou o direito de associação dos trabalhadores. Quem pensar o contrário estará sem dúvida se colocando contra esses princípios reconhecidos pela ONU, pela OIT e pela Carta Magna brasileira".

JOAO MASSENA MELLO (PST): "As declarações do general Peri Beviláqua não constituem uma surpresa para o movimento sindical, pois já eram conhecidos os enfoques reacionários que o referido general dava aos problemas dos trabalhadores, considerando-os um caso de polícia.

"Suas declarações são de suma gravidade, quando transmitidas com cunho oficial, através de uma nota de instrução, e contém ataques contra o CGT, o PUA e o Fórum Sindical de Santos, pois esses órgãos são o que há de mais representativo no movimento sindical, de vez que expressam a vontade de milhões de trabalhadores reunidos em Federações e Confederações.

"O equívoco do general está em desconhecer essa coordenação que já existia anteriormente, e que sempre tomou posições baseadas nas reivindicações operárias e em defesa da democracia.

"Como representante do povo, tenho sentido, nos comícios que realizo nas portas das fábricas cariocas, que a classe operária exige a substituição do general Peri Beviláqua, pois sua atuação está minando o governo do presidente João Goulart, que, diga-se de passagem, está no poder graças às greves gerais realizadas pela classe operária e coordenadas pelo CGT.

"As declarações do general Peri têm o mesmo sabor daqueles da renúncia do presidente Jânio Quadros".

PAULO ALBERTO (PTB): "O CGT criado pelos trabalhadores de todo o País, representados por suas entidades de classe, é o órgão legitimamente representativo dos operários brasileiros. Representando esses operários, o CGT sempre esteve unido às forças democráticas do Brasil, em defesa da legalidade e na luta pelas reformas de base. As declarações do general contra o CGT contrastam com sua posição quando, ao lado do CGT, lutava pela posse do presidente João Goulart. É lamentável que as declarações do comandante do II Exército venham fazer coro com aquelas que, interessados em solapar a Nação, sempre foram contrários aos movimentos dos trabalhadores e à posição democrática e legalista do governo".

JH TEIXEIRA (PTB): "É lamentável que o general Peri, figura de militar marcada por posições nacionalistas e, inclusive, um dos líderes do vi-

goroso movimento legalista que assegurou a posse do presidente Goulart, adote uma posição equivocada e irresponsável em relação às greves de trabalhadores e à cúpula sindical, como é o CGT. Em todos os países do mundo existem centrais sindicais e a própria Lei em nosso País prevê a existência desta cúpula sindical. No momento o Comando Geral dos Trabalhadores representa esta cúpula, isto é, a direção efetiva do movimento sindical brasileiro, e evidente que ao CGT podem e devem ser feitas críticas mas também está óbvio que os pronunciamentos do general Peri não representam críticas construtivas mas traduzem um estado de espírito impróprio, aliás, com a própria vocação legalista e nacionalista do general. Espero que o CGT seja bastante inteligente e habil para fazer com que o general Peri e outros ilustres chefes militares compreendam esta verdade. A greve é uma arma dos trabalhadores e o CGT a forma mais organizada com que estes trabalhadores manipulam esta arma. O resto é exploração do que baseada-se em posições equivocadas e estimuladoras visam a impedir o desenvolvimento de nosso País e a destruir as garantias dos trabalhadores".

FERROVIÁRIOS

O presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários, Raphael Martinielli, declarou o seguinte:

"Em nome dos ferroviários, repudiamos as declarações do general Peri por considerá-las antipopulares e, ao mesmo tempo, fora da atualidade brasileira, com referências ao desenvolvimento da luta patriótica do povo brasileiro. O CGT é fruto da unidade do movimento sindical que, em benefício do Brasil e de seu povo, soube unir as lutas econômicas às políticas, fazendo das reivindicações das classes trabalhadoras (os ferroviários estão e estarão com o PUA, o CGT e todos os movimentos que interessam ao povo e ao País".

JOSE DA CRUZ VIDAL, presidente do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, disse o seguinte:

"Dejoje hipotecar em nome de todos os trabalhadores da Central o meu mais irrestrito apoio ao CGT, ao mesmo tempo que venho repudiar as declarações agressivas e unilaterais do general Peri Beviláqua. Suas afirmações são agressivas pois desajam lugar seu subordinados contra o movimento sindical; entretanto esse objetivo não será atingido pois a unidade da classe operária saberá enocar no devido lugar uma atitude unilateral que não deve refletir o pensamento do governo, e muito menos dos próprios comandados do general Peri, que sofrem como os operários as injustiças sociais de nosso País".

AERVIÁRIOS

"Está o Sindicato de pleno acordo com as declarações do CGT, hipotecando irrestrito sua solidariedade ao seu último documento respondendo ao general Peri" — disse Divaldo Neves da Cunha — secretário do Sindicato dos Aeroviários.

AERONAUTAS

"Os recentes pronunciamentos do general Peri Beviláqua são fruto daquilo que ele mesmo representa: a fina flor da reação, antipatriótica. Por que o

general não se pronuncia contra a espolição do nosso povo? Por que o general não se pronuncia contra o crime que as elites dominantes cometem, responsáveis pela morte de milhares de crianças, pela fome e pela miséria? Consideramos a palavra do general Peri a tentativa de uma provocação contra o ordeiro movimento sindical brasileiro que luta em defesa dos interesses do povo, em benefício do Brasil" — disse o secretário do S. N. dos Aeronautas, JOSIAS NUNES.

BEBIDAS

Brasileiro Lopes da Silva, tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Bebidas, disse o seguinte:

"Faço um energético protesto contra essas declarações que vão ferir os trabalhadores e a política que vem sendo desenvolvida pelo governo federal. O general Peri está acobertando com sua espada os mais conhecidos inimigos da Nação. Falto em meu nome e em nome de toda a classe, pois durante uma assembléia geral realizada no dia 20, os trabalhadores em bebidas aprovaram por unanimidade um voto de confiança ao CGT, e ao mesmo tempo repudiaram as afirmações caluniosas do comandante do II Exército".

MARCEIROS

José Amaral de Menezes, presidente do Sindicato dos Marceiros, afirmou:

A nota de instrução do general Peri Beviláqua e suas declarações posteriores foram inimizadas para com o movimento sindical, pois tratam-se de palavras caluniosas, de vez que os dirigentes sindicais não são de maneira nenhuma malfetores, pois o CGT, o PUA e o Fórum Sindical de Santos são movimentos patrióticos que tomaram posições populares na luta contra o parlamentarismo. Portanto, as declarações do general são incompatíveis com o cargo que ocupa, e acima de tudo falta-lhe a autoridade para fazer pronunciamentos políticos na câmara, muito menos quando eles são, além disso, injúrias contra o movimento sindical".

OPERÁRIOS PAULISTAS EXIGEM AUMENTO DE SALÁRIO EM 100%

Tudo indica que a assembléia intersindical marcada para o dia 6 será uma das maiores já realizadas em São Paulo em função de problemas trabalhistas e de interesses do povo em geral. Além das categorias industriais que estão em campanha salarial, pleiteando 100 por cento de reajuste, que representam cerca de um milhão de trabalhadores, participarão também muitos outros setores, uma vez que da ordem do dia constam vários itens que dizem respeito a todas as categorias profissionais.

LUTAS SALARIAIS

Uma das razões que tem levado os dirigentes sindicais a desenvolverem intenso trabalho junto aos operários, é a gravidade da situação motivada pela violência da polícia do governador Ademar de Barros e pelos pronunciamentos antidemocráticos do general Peri Beviláqua sobre as greves. Os trabalhadores estão sendo preparados para paralisar São Paulo, no caso de alguma arbitrariedade ser cometida contra o movimento sindical. Nesse caso, haverá a possibilidade de aderirem às demais categorias que estão igualmente reivindicando reajuste salarial, como os professores, os ferroviários, os servidores do DAE e do DER, além de outros setores do funcionalismo público estadual e municipal.

Nas várias assembléias já realizadas, ficou deliberado, entre outras coisas, que bastará que alguma categoria econômica entre com dissídio na Justiça do Trabalho, para que seja deflagrada uma greve geral em São Paulo.

A fim de coordenar as lutas que incluem numerosas entidades do interior, dia 6 será eleita a direção definitiva do Pacto Intersindical de Ação Conjunta. Objetivam uma data única para início do pagamento do reajuste: 1.º de novembro. As federações dos têxteis, da alimentação, dos gráficos e dos químicos expediram circulares às suas entidades filiadas, recomendando o envio de delegações para a assembléia intersindical.

ASSEMBLÉIAS

Além das reuniões que estão sendo realizadas nas cidades do interior, na capital algumas categorias já elegeram assem-

SAPATEIROS

João Guilherme de Figueiredo, presidente do Sindicato dos Sapateiros, disse a NR:

"O CGT representa a expressão mais legítima do movimento sindical e os ataques do general Peri fazem com que ele seja de merecer o mínimo de confiança por parte dos trabalhadores, que hipotecam todo seu apoio ao Comando Geral dos Trabalhadores e a todos os órgãos representativos da classe operária que sofreram os ataques do comandante do II Exército".

TECELEOS

Júlio Marques da Silva, segundo secretário da CNTI e presidente do Sindicato dos Atores e Contramestres em Fiação e Tecelagem da GIL, declarou:

"Cabe unicamente aos trabalhadores julgar se um órgão de classe é legal ou não. A declaração do general Beviláqua não enfronta os trabalhadores, pois enquanto ele atua no seu lugar, que é o Exército, os trabalhadores trabalham na construção do Brasil".

HOTELEIROS

Declarou o secretário-geral do Sindicato dos Hoteleiros, Selidino Nunes:

"A nossa posição é a do CGT. Entendemos que as declarações do general Peri servem às forças da reação que tentam o golpe de 1961 e continuam a conspirar contra as liberdades democráticas".

GRÁFICOS

O presidente do Sindicato dos Gráficos, Giovanni Romita, assim definiu a atitude do comandante do II Exército:

"O general Peri deveria abster-se de fazer pronunciamentos como esse, classificando o movimento sindical de desordeiro, uma vez que os trabalhadores são vítimas do descabido que o País atravessa e nada mais podem fazer senão defender seus direitos".

Representantes de várias outras categorias profissionais, entre elas os bancários, marceneiros, rodoviários, estivadores etc., todos no mesmo tom.

IBIBETÁ

Com a presença do deputado estadual Afonso Celso Monteiro e Bráulio Ramos, secretário da Federação dos Lavradores do Estado, será entregue sábado em Ibiabetá, a carta sindical dos Pequenos Lavradores Autônomos do Estado. Uma delegação de Operários Navais (costeira), deverá se locomover até o local, onde fará entrega de cereais e aproveitar-se a oportunidade para se confraternizar com os lavradores. Esta solenidade representa mais uma vitória dos lavradores, pois ali está sendo palco de duras conquistas dos lavradores na sua luta pela terra.

CONCENTRAÇÃO

Será realizada em Duque de Caxias, no dia 28, na praça do Pacificador, grande concentração de lavradores. Com a cobertura do CGT local, delegações de lavradores dos municípios vizinhos deverão estar presentes, na solenidade de comemoração do Dia do Lavrador no município.

Metalúrgicos

Metalúrgicos de Niterói e S. Gonçalo, deverão encetar, dentro dos próximos dias, campanha por salário profissional. O Sindicato de S. Gonçalo está lutando por reavaliação de cargos e funções. A Comissão de Salário do Sindicato, a diretoria e a Federação dos Metalúrgicos, elaboraram um plano para o Salário Mínimo Profissional, tendo como base o salário mínimo e o tempo de serviço dos trabalhadores. Este trabalho já é do conhecimento da maioria dos operários, devendo no dia 30, em assembléia geral, ser aprovado.

Bancários

Os bancários do Estado do Rio aceitam o acordo assinado por seus líderes e banqueiros nas seguintes bases: 70 por cento e mais 10 mil cruzeiros em março, além de gratificações de 8 mil e 500 cruzeiros para os comissionados, adicionais por tempo de serviço de 750 cruzeiros, salário administrativo de 30 por cento sobre o mínimo para o pessoal de portaria, 40 por cento para os de escritório e 45 por cento para os de tesouraria.

Curso

O Centro de Estudos Sociais de Niterói fará realizar um curso de nove conferências — "O Marxismo como Filosofia Humanista do Nosso Tempo" — a serem ministradas pelo professor Jacob Goreneder. Este ciclo de conferências terá início no dia 7 de outubro, devendo as aulas serem ministradas às segundas e quartas-feiras.

Carta ao ministro

O Conselho Sindical de Niterói enviou carta ao ministro da Guerra protestando veementemente contra os pronunciamentos do general Peri Beviláqua, comandante do II Exército. O general Peri Beviláqua atacou em discurso o CGT, PUA e Fórum Sindical de Debates "O discurso do general Peri Beviláqua, não passou de um ato de desrespeito ao ministro da Guerra, ao Presidente da República, como também um pronunciamento antidemocrático, provocador e antipatriótico", diz um trecho da carta.

Manobra contra colegiado

Os trabalhadores estão atentos para responder com firmeza ao golpe dado na Câmara ao ser aprovado o projeto extinguinte dos órgãos colegiados das autarquias, inclusive IAPs.

No sentido de defender as conquistas dos trabalhadores a Contec movimentou-se para uma mobilização de vulto e fazer retroceder a manobra reacionária.

Aeronautas e aeroviários: alerta

Os trabalhadores aeronautas e aeroviários permanecem em estado de alerta tendo em vista as últimas manobras golpistas, e em reunião realizada dias atrás resolveram ratificar apoio irrestrito ao Comando Geral dos Trabalhadores.

Estado do Rio

Manifestação

Os trabalhadores do Serve (empresa estatal), tributaram sábado passado ao seu superintendente, sr. Eziqio Araújo, por ocasião do seu aniversário, calorosas manifestações. A ocasião foi aproveitada pelos trabalhadores para dar mais uma demonstração de que estão ao seu lado na tarefa que vem encetando para recuperar o Serve.

Conselho Sindical: notas

O Conselho Sindical de Niterói, em sua última reunião, realizada dia 20, resolveu o seguinte:

1 — enviar telegrama ao ministro do Trabalho, protestando contra o engastamento naquele ministério, de processos em que são requeridos registros de Sindicatos de Lavradores no Estado. Mais de 20 Sindicatos já fundados estão aguardando registro naquele Ministério; 2 — enviar ofício ao juiz Décio Itabiana, da 2.ª Vara Criminal de Niterói, pedindo audiência para ajuizar entidade e Departamentos Femininos de vários sindicatos. Os trabalhadores desejam manifestar ao magistrado o seu apoio à sua energética ação contra comerciantes inescrupulosos. Os trabalhadores não fazem com que sejam respeitadas as leis que defendam os interesses populares; 3 — fazer realizar um comício de caráter estadual em Niterói, "Pelas Reformas de Base e em Defesa das Liberdades Democráticas". Em vista da amplitude que deve marcar este ato, para uma grande mobilização popular, este comício deve ser organizado e aprovado por todas as organizações populares, inclusive partidárias. Para tanto, foi marcada, na Assembléia Legislativa, uma reunião, a ser realizada hoje às 19 horas. No sentido de ser discutida a proposta do Conselho, convites serão expedidos às seguintes organizações: União Fluminense de Estudantes, Conselho Sindical Estadual, Federação dos Lavradores do Estado do Rio, Frente Parlamentar Nacionalista, Federação dos Estudantes Secundários de Niterói, Federação dos Centros Pró-Melhoramentos e ainda de outros diretores regionais dos partidos; 4 — fazer circular manifesto de apoio ao CGT; 5 — enviar telegrama ao deputado federal Adão Pereira Nunes, congratulando-se com ele, por ter apresentado um projeto de anistia para sargentos e soldados, presos por ocasião da manifestação de Brasília.

novos rumos

Propriedade da EDITORA ALIANÇA DO BRASIL LTDA, Diretor

Orlando Bomfim Júnior Diretor Executivo
Fragmon Carlos Borges Redator Chefe
Luís Gazzano Gerente

Guttemberg Cavalcanti Redação: Av. Rio Branco, 257, 17.º andar, sala 1712 — Telefone 42-7244 — Gerência: Rua Leandro Martins, 74, 1.º andar (Centro)

Endereço telefônico: NOVOSRUMOS
EDICAO DE MINAS GERAIS
Redação e Administração: Rua dos Carijós 121, 2.º andar, S/204

Tel 4-8666 — Belo Horizonte
Sucursal de São Paulo Rua 15 de Novembro 228, 8.º andar, sala 827 — Telefone 35-0453

Sucursal do Paraná Rua José Loureiro, 133 — 3.º andar, sala 311 — Curitiba

Assinaturas
Anual Cr\$ 1.000,00
Semestral » 500,00
Trimestral » 250,00

Assinatura Aérea
Anual Cr\$ 2.300,00
Semestral » 1.200,00
Trimestral » 600,00

Número avulso 20,00
Número atrasado » 30,00

A POSIÇÃO DOS COMunistas DIANTE DAS REFORMAS DE BASE

Preço — Cr\$ 30,00
Pedidos pelo reembolso postal (para mais de 5 exemplares):

Em 10 dias úteis

Marco Antônio Adverte: Causa Dos Sargentos é Causa do Povo

O deputado Marco Antônio Coelho pronunciou, na Câmara Federal, na última terça-feira, dia 24, o seguinte discurso:

“Sr. Presidente:
Creio que todos nós nesta Casa começamos a sentir — e este sentimento é crescente, cada vez mais generalizado — entre nós — que esta o nosso País atravessando uma nova crise política. Já agora, indissolúvelmente ligada a uma crise militar, levando em conta a gravidade da luta empreendida pelos sargentos e cabos das Forças Armadas. Creio que não somente dentro desta Casa, mas também fora dela, se sente o clima cada vez mais tenso, a exigir de todos nós, deputados, como também dos senadores, o encaminhamento desta crise, com o objetivo de superá-la. Julgo não afirmar nada de novo, ao acentuar a existência desse clima de crise em nosso País. No “Jornal do Brasil” de domingo 11 um magnífico trabalho do senador Afonso Arinos de Melo Franco, homem por todos os títulos insuspeito, que procurou dar a sua contribuição ao exame desta grave situação, abrindo alguns caminhos para solucioná-la.

Tive eu, nestes três últimos dias na Guanabara, que é o centro político nervoso do País, a oportunidade de aquilatar melhor a situação atual e, naturalmente, desejo aqui transmitir este depoimento, pois senti ao vivo a profunda revolta e a indignação que reinam entre os sargentos e os cabos das Forças Armadas. E, para grifar este depoimento, queria tão-somente trazer um exemplo. No bairro do Realengo, domingo, conversando com um sargento, deu-me ele o depoimento mais caloroso, que pude ouvir nestes dias. Disse-me o seguinte:

“— Sr. deputado: nós não aguentamos mais. Nós não podemos esperar mais”. Perguntei-lhe o que sentia, por que era levado a fazer aquela dramática afirmação.

Retrucou: “— Já não posso entrar em casa. Porque minha esposa, quando lá chegou, me pergunta: “Será que você vai permitir que isso continue por muito tempo?”

Alí está, senhores deputados, um exemplo do clima que existe entre os sargentos. Vejo que seria infantilidade, inclusive até falta de bom-senso, vir-se discutir esta questão à base de formulações jurídicas, de interpretações diversas do texto constitucional. O que existe é o fato concreto. Diante dos fatos concretos é que se deve tomar posição, e não diante da letra-morta da lei, seja ela qual for, inclusive a Constituição. Temos nós, como políticos, que partir desta realidade concreta, para não sermos ultrapassados pela própria vida.

DEPUTADO MAGALHÃES MELO — É com base na experiência, nesse realismo presente, que em todas as Constituições, mesmo as chamadas Constituições rígidas, se inseriram várias disposições sobre a forma de emendá-la e reformá-la, e justamente para elas se adaptarem à realidade econômica e social subjacente, para que possam resistir a esse impacto de realismo a que se refere v. exa.

DEPUTADO MARCO ANTONIO — Perfeitamente. V. exa. traz contribuição, mostrando que existem remédios legais, constitucionais, para a superação do impasse. Sr. presidente: o que o homem do povo pensa, o homem do povo que é sargento — e essa é uma dimensão nova do problema — é que ele não aceita mais, de forma alguma, que quem quer que seja lhe diga: “Você não tem o direito de voto, você não tem o direito de ser eleito”. Não quero entrar aqui no exame dessas razões. Mas tão-somente assinalar que este é um fato concreto. E se não for levado em conta, não encontraremos a solução que o País reclama e exige. É verdade também que existem dezenas de razões a justificar essa profunda insatisfação — e por que não usar o termo exato? —, esta profunda revolta que lava nos quartéis do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Sabemos que decisões judiciais anteriores permitiram aos sargentos disputar pleitos. Ontem, o nobre colega sargento Garcia trouxe a esta Casa dados irrefutáveis. E também, sr. deputado, o que os sargentos temem é que seus candidatos sejam votados. Hoje poderíamos discutir, se o quiséssemos, e dentro da melhor doutrina jurídica, se tem o direito de cassar 37 mil votos. Não se trata apenas do do esbulho de um mandato, o do esbulho de 37 mil cidadãos brasileiros. Quem assume esta responsabilidade? Quem aceita defender esta situação em nome do País? Portanto, o problema que se coloca em termos concretos, sem subterfúgios, para encontrarmos a solução, é

tamos que o presidente da República seja um homem que esteja isento de culpa pela situação reinante no País. E ao dizer isso sou insuspeito, desde que não partilho das百川, cadadas de Oposição nesta Casa.

DEPUTADO MAGALHÃES MELO — Mesmo admitindo em tese que a Justiça Eleitoral tenha laborado em erro, processando o registro dos graduados, e que o Supremo tivesse errado a mão, e que a decisão tivesse sido equivocada, no sentido da aplicação do texto constitucional, a verdade é que a consequência dos julgados dos juízes a quo e do Supremo Tribunal trouxe reflexos para o País e passou a constituir um problema de Governo. E se há um problema de Governo, a gravidade a ninguém é lícito desconhecer, nesta hora, cabendo ao Poder Legislativo modificar o texto constitucional, dando a solução, a esse problema. Não creio que nenhum ministro do Supremo Tribunal Federal pi desse sentir-se chocho, ou diminuído como julgadores que são, se esta Câmara, sensível à opinião pública, a aspirações da classe dos sargentos, subtenentes e alunos de escola de guerra de nível superior, que participaram como sujeitos passivos da relação eleitoral, modificasse a legislação do Tribunal, não se poderia sentir melindrado, de maneira alguma. Teria que atentar em que, ao julgar o primeiro caso, mediante um texto, e que é revogável este texto, haveria oportunidade para julgar de outra forma, em face da nova lei, do texto novo. A meu ver, o Legislativo tem que se capacitar a isso. A ele cabe, como sempre, a solução da crise, pelo menos em um de seus ramos. Estou cumprindo a legislação francesa. Ali houve a crise originada pelo caso dos sargentos *boichot*, que também gerou uma grande crise causada pela revolta da Armada de 1848, que decorreu, segundo alguns, do fato de os direitos políticos serem estendidos aos militares. Esta Casa, e não o Senado, a Câmara, porque já tem propostas em exame, deve levar a sério o problema, e dar-lhe solução adequada, levando a elegibilidade a todos os graduados das Forças Armadas, e o mais rapidamente possível, como convém ao descompasso da crise que nos atinge”.

DEPUTADO MARCO ANTONIO — Sr. deputados: quero transmitir à Casa, e faço-o porque estou incumbido do mesmo propósito do deputado Magalhães Melo de buscar solução política imediata para a crise, manifestação de que, nesta luta, os sargentos não marcharão isolados. Contarão eles com o apoio do movimento sindical brasileiro, de outras forças democráticas, porque o que sentimos é que os sargentos travam uma luta justa. A causa dos sargentos, embora certos atos possam ser errados, é uma causa que merece o apoio de todos os homens democratas e progressistas. Neste episódio estamos vivendo um detalhe da luta geral que se trava entre as forças populares do País e aquelas minorias privilegiadas que tentam dificultar o ascenso das forças populares. Esta afirmação não é somente minha, de um homem de esquerda, como sou. Ela é ressaltada no artigo no *Ilustre Sana* do senhor Afonso Arinos de Melo Franco. Neste episódio, estamos marchando e disputando uma batalha pelo alargamento da democracia em nossa Pátria. Portanto, as correntes populares não ficarão como espectadoras nessa luta. E principalmente o movimento sindical brasileiro, que participará lado a lado, ombro a ombro, junto com os sargentos, porque vemos, neste momento que assume aspecto tão grave, uma batalha em que o povo brasileiro não pode ser derrotado.

DEPUTADO GARCIA FILHO — Sr. deputado: estamos ouvindo com muita atenção as declarações de V. Exa. Até esta hora, portam-nos com a maior serenidade, procuramos, inclusive, fazer com que assim procedam os nossos companheiros de todo o País, de todas as corporações militares, inclusive das corporações auxiliares, e todo o povo brasileiro, que se acha mobilizado, neste momento, em defesa dos interesses nacionais. Hoje, pela leitura de vários jornais, vimos depoimentos de autoridades, cujos nomes não vamos mencionar aqui. Queremos ratificar o depoimento histórico que fizemos ontem dessa tribuna, e dizer que o nosso registro foi legal. Registramos-nos apresentando fotocópia de nossa carteira de identidade. E não negamos nossa situação de segundo-sargento do Exército, na ativa. Assim nos apresentamos em toda parte. Incluiamo-nos ao Tribunal fardado. Comparecemos à Secretaria Geral do Tribunal Regional da Guanabara, ao tratar de nosso documento, sempre fardados. Estivemos lá, com o dr. Santoro. Há ainda o detalhe de que o procurador da Justiça da Guanabara, no jornal “O Globo”, deu a declaração de que o Tribunal não foi lido, quando se levantou essa premissa, de que o registro foi certo. Naquela altura os sargentos eram elegíveis, porque havia dois acordos do Supe-

rior Tribunal Eleitoral, que lhes garantiam esse direito de elegibilidade. E o testemunho que desejo fazer inserido no discurso de V. Exa., para que aqueles mais responsáveis possam analisar e ver que não somos nós que estamos querendo levar este País para um movimento incontrolável. As autoridades é que estão se prestando a isso, através de depoimentos que não condizem com a realidade e de artigos que estão no Tribunal Regional da Guanabara.

DEPUTADO MARCO ANTONIO — Sou testemunha ocular da veracidade de todas essas afirmações prestadas por v. exa. Mas, sr. presidente, devemos também dizer que está é uma luta árdua — sem dívida alguma — porque medimos bem as consequências que poderão advir para o País e para o nosso povo. Sabemos bem que as minorias privilegiadas procuram, neste instante, fazer provocações, e ainda mistificar — enfim, abrir variantes, neste combate, para desviar a atenção do povo e assim tentar opor-se a essa irresistível pressão popular. Vemos que esses intuídos de provocação são absolutamente claros. Por exemplo: as declarações do general Peri Constant Bevilacqua, de jarações saudadas largamente por toda a imprensa que sempre, afinou com esses propósitos reacionários, que vêm sendo articulados e apoiados por muitos setores que sempre se colocam contra a legalidade em nosso País.

DEPUTADO ARRUDA CAMARA — Não vi provocação nas declarações do general Peri Bevilacqua, e sim um pronunciamento no sentido da manutenção da ordem e da lei, que é uma das finalidades das Forças Armadas. Provocação, sim, constituem as manifestações do CGT, que ataca os três poderes, e exige que façamos aqui reformas legislativas imediatas. Ora, esta Casa não é nenhum departamento do CGT, ou de qualquer outra organização. Ainda há poucos dias, ante da rebelião, defendi o direito de voto para os soldados e cabos, que venho defendendo há muito tempo, bem como a elegibilidade dos sargentos. Não estou disposto, porém, a votar com balaína no peito, ao cheiro da pólvora, às ameaças que estão sendo feitas. Estabeleça-se a disciplina. Soldados, cabos e sargentos recolham-se aos seus quartéis. Deixem de publicar manifestos, como aquele que saiu ontem, editado pelo Clube dos Sargentos da Aeronáutica. O Congresso votará essas reformas, dentro de um ambiente de calma e serenidade. Como aprovou o 13º mês de salário. Não se intimidem com as ameaças que foram feitas, para votarmos a proposição até o Natal. Não houve greve. E logo que cessarem as ameaças, votou o 13º mês, como era do seu dever a justiça. Sou daqueles que reconhecem a justiça da causa, mas não aceito que os fins justifiquem os meios. Vamos votar serenamente, com disciplina, mas sem provocações e sem ameaças. Porque não estamos aqui para aceitar ameaças, nem de sargentos nem de generais, nem do CGT, nem de quem quer que seja. Estabeleça-se a ordem e a disciplina — e o Congresso, pode estar v. exa. seguro, votará o direito de voto dos soldados, reconhecendo que há soldados de polícia, em número maior ou menor de cem mil, sem esse direito a vida inteira. Estabeleça-se a ordem e a disciplina, e o Congresso reconhecerá a elegibilidade dos sargentos. O que é preciso é que os bancários respeitem as decisões do Tribunal do Trabalho, que os sargentos respeitem as decisões do Supremo. Que é a mais alta corte do País. É preciso que haja respeito a todos os poderes e estes poderes saberem respeitar o direito de todos os cidadãos.

DEPUTADO MARCO ANTONIO — Nobre deputado Arruda Câmara, eu aceitaría as razões de v. exa., razões nobres, razões sensatas, se a situação fosse outra, e se fosse possível o encaminhamento normal desse problema. Saiba v. exa.: que, infelizmente, não estamos vivendo, no País, clima que possa propiciar uma solução normal para os problemas. Além de outros argumentos que poderia trazer a v. exa., eu me permitiria tão-somente grifar aqui que estamos vivendo uma situação profundamente anormal, e a Câmara, como poder político, tem que deliberar, assim como já deliberou à época da renúncia do presidente Jânio Quadros. Naquela época também havia uma situação anormal. E o Congresso buscou uma solução política para aquela situação. Os quartéis de nossa Pátria estão há mais de dez dias em prontidão. Os que passaram um só dia pela caserna sabem o que significa estar de prontidão. E o clima que existe lá dentro é de intranquilidade, de profundo receio. Tudo pode acontecer nesta situação. E é diante desse clima, desta realidade concreta, que somos obrigados a raciocinar e a trabalhar, buscando uma solução. Digo isto porque quero uma solução pacífica. Muitos pensam que revolucionários são homens que lutam pelo “quanto pior melhor”, pela baderna. Não. Sou revolucionário e com-

preendo a revolução como transformação social e não, obrigatoriamente, como guerra civil. A guerra civil pode ser ou não um elemento obrigatório da revolução. Queremos evitar a guerra civil, mas queremos a revolução — ou seja, a grande transformação da sociedade brasileira. E é por isso que fazemos aqui este apelo caloroso: busquemos imediatamente a solução, porque senão marcharemos para o caos, para a guerra civil. É isto que está diante de nós. Cada um pensa na sua própria responsabilidade. Queremos uma solução pacífica. Buscamos essa solução pacífica. Vamos discutir emendas. Vamos buscar soluções legislativas. Mas é mister urgência nisso. Povo o clima é de extrema tensão. E o País e a Câmara devem tomar conhecimento desse clima. Não estou aqui, de forma alguma, fazendo pressão: “o deputado Marco Antônio está ameaçando, está querendo coagir a Câmara”. Todos nós somos coagidos pela situação. Também eu quero uma solução para esta crise. E assim pensamos os homens de bom-senso. A causa dos sargentos é justa. Todos vemos que os sargentos podem ser elitos. Aqui está o sargento Garcia. Ele pode ou não pode ser deputado? O povo pensa que pode. Foi assim que 16 mil pessoas, homens e mulheres, votaram nele na Guanabara. Quem pode casar o mandato do deputado Garcia? Quem vai ver a gasolina com fôstoro aceso?

DEPUTADO JUAREZ TAVORA — Tenho evitado pronunciar-me sobre o mérito desta questão. E isso porque todos sabem que fis muitas revoluções na minha mocidade. Reserve-me o direito de manifestar-me, quando for imperativamente chamado a dar o meu voto a respeito. Não venho aqui em nome de velha amizade de mais de cinquenta anos dizer a esta Casa, esclarecer a V. Exa. que o General Peri Constant Bevilacqua, que conheço muito bem, que é homem que merece este título escrito com todas as letras minúsculas, talvez não tivesse publicado sua Nota de Instrução à tropa se não houvesse sabido — e naturalmente S. Exa. foi muito bem informado a respeito disso — que os agentes do CGT andavam fazendo propaganda perante seus soldados, de determinadas pontos-de-vista que não se conciliam absolutamente, com a disciplina. Esta foi, certamente, a razão da Nota. Eu também não discuto se assistia rasão ou não a S. Exa., para publicá-la, como o fez. Era o que tínhamos a esclarecer a V. Exa. e a Casa, como amigo pessoal do General Peri Bevilacqua. E como quem acredita nela.

DEPUTADO MARCO ANTONIO — Nobre deputado. Sem nem sequer conhecer de vista o nobre general, compartilho do respeito por essa figura do Exército brasileiro. Porém, Exa., o que sentimos é que as declarações do General Peri Bevilacqua se transformaram num instrumento de provocação. Sabemos que assim determina o próprio regulamento do Exército: que nenhum chefe militar pode fazer pronunciamento daquele tipo, e esta proibição foi reiterada pelo atual Ministro da Guerra. Vemos ainda que as declarações do General Peri Constant Bevilacqua estão voltadas contra o Ministro da Guerra, que três dias antes, no exercício da função de Ministro da Guerra — quem dirige o Exército — é responsável pela segurança nacional —, procurava entendimentos com o movimento sindical, com os trabalhadores, porque sabe que o movimento sindical não é isso que se diz por aí fora, em jornais como “O Estado de São Paulo” e “O Globo”. O movimento sindical está agora teve uma posição serena, apenas defendendo as reivindicações dos trabalhadores, diante da grave situação que os trabalhadores e o povo atravessam. As declarações do General Bevilacqua foram voltadas contra o Presidente da República, que um mês antes declarou em praça pública que reconhecia a ação positiva do CGT na luta pelas reformas. Não por acaso, o General Peri Bevilacqua transformou-se hoje em um novo Bonaparte — não se sabe como e em tão pouco tempo, na esperança dos grupos reacionários, esses, sim, que sempre tramaram contra o País e contra a legalidade. Podemos dizer aqui que o jornal “O Estado de São Paulo” diariamente prega o golpe, prega a ilegalidade em nossa Pátria. Pois bem: é esse mesmo jornal que vem a público saudar o General Peri Bevilacqua. Estou, por isso tudo, convencido de que o General deve estar hoje preocupado com as repercussões políticas de seu ato. Mas na verdade, serenamente, objetivamente, S. Exa. se prestou a uma provocação contra o movimento sindical brasileiro.

(O deputado Alde Sampaio, da UDN, apartou afirmando que a intenção do general Bevilacqua foi manter a ordem).
DEPUTADO MARCO ANTONIO — Estranha manifestação de ordem, a de um general do Exército julgar-se possuidor de título e de uma posição para acusar, para caluniar o movimento sindical brasileiro. Es-

tranha declaração de ordem essa, utilizada politicamente por aquelas forças que sempre, em nosso País, tomaram posição contra a legalidade, como é o caso aqui citado do jornal “O Estado de São Paulo”. Estranha declaração de ordem, quando agora já se anuncia que o próprio governador de São Paulo vai prestar uma homenagem de ouro ao general Bevilacqua. Estranha manifestação de ordem, que propicia manifestações de apoio político, de várias organizações, que sempre se colocaram contra o povo, e que têm nessa luta política, a posição conservadora ou reacionária. Portanto, estranho eu a afirmação do nobre deputado da AIDE Sampaio, da UDN, porque, na verdade, as declarações do general Bevilacqua, violentando os textos legais, violentando as normas da disciplina, se transformaram numa provocação política, que aqui reprovamos, que aqui combatemos.

DEPUTADO ADOLFO DE OLIVEIRA — Gostaria de dizer a V. Exa. que em meio a todo este sofrimento nacional que estamos vivendo acredito que o problema interno das Forças Armadas deve ser retirado do nosso julgamento, e da nossa decisão. Não cabe aos deputados udenistas como não cabe aos deputados pessedistas, trabalhistas ou comunistas dizer o que deve ser a disciplina das Forças Armadas. Não temos qualquer contato com o que se passa na interior das Forças Armadas, que têm uma Constituição para cumprir e observar, porque cumprindo-a e observando-a as Forças Armadas resolverão com patriotismo seus problemas. Não devemos, deputado Marco Antônio, perder de vista aqueles encargos que estão nos nossos ombros, que o povo brasileiro nos confia para que os solucionásemos no Congresso. Estou aqui há sete ou oito meses como V. Exa. e toda a Casa. Estamos dispostos a trabalhar com coragem para enfrentar os problemas e resolvê-los. Agora, sapatete que não vá além do sapato.

DEPUTADO MARCO ANTONIO — V. Exa., que é um dos homens mais brilhantes desta Casa, que sempre se colocou aqui em posições progressistas, no entanto, na minha opinião, labora em erro ao supor que o problema militar que ora existe e se agrava a cada instante possa ser solucionado dentro da caserna. Infelizmente, estamos vivendo e atravessando uma crise político-militar, e sua solução só pode ser dada pelo Congresso, particularmente pela Câmara dos Deputados. Infelizmente as coisas já estão naquele ponto em que se poderia exigir tão somente que fossem aplicados os regulamentos militares. Veja V. Exa. que, depois do que houve em Brasília, não se pode mais pensar exclusivamente em aplicação de regulamentos disciplinares. Não quero dizer com isto que eu seja contra esta disciplina, contra esses regulamentos. Mas, o que existe no País é uma crise profunda dentro das Forças Armadas, cuja solução só pode ser encontrada através do Congresso Nacional. O que é mais sério é que este problema dos sargentos não é de forma alguma uma questão isolada, que tenha espocado de repente na vida brasileira. Parece que afloraram, que surgiram, à tona todas as contradições, todos os problemas da nossa Pátria. Se examinarmos a situação econômica, veremos que ela é quase uma calamidade. Se examinarmos a situação cambial ficaremos aprovados com as dívidas, com os compromissos que o Brasil possui. Se formos verificar as emissões de papel moeda nos espantaremos tão somente com os dados desta emissão recente de mais de 50 bilhões de cruzetões. E é assim que em todos os planos existe esta crise profunda, cabendo ao Congresso encontrar solução para ela. Digo aqui, e o digo como revolucionário que sou, que ainda acredito numa solução encontrada pelo Congresso Nacional. E acho também que o povo ainda espera isso. Mas, digo ainda — porque na verdade o desespero é tão grande em todo o País — que não tenho a certeza de poder daqui a pouco, em sa consciência, repetir a afirmação que ora faço. Estou convencido de que ainda a esta altura é possível uma solução pacífica, é possível uma solução legal e constitucional. Mas, para marcharmos nesse sentido é indispensável que tomemos aqui dentro conhecimento do que ocorre, não fiquemos embaraçados e isolados em soluções jurídicas, apenas, sem vermos o fato concreto, o fato real, que exige pronta e imediata reação do Congresso Nacional, a fim de que consigamos evitar que o País marche para o caos, que o País marche para a guerra civil. Diante de cada força política, diante de cada camada e classe social, está colocado o desafio: quem contribuirá para a solução pacífica, quem propiciará uma solução pacífica, uma solução de guerra civil, que não pode ser desejada por nenhum patriota e democrata brasileiro.”



Medidas para ampliar o comércio com a Iugoslávia

No encontro que manteve com o presidente Tito, o sr. João Goulart procedeu a um balanço do que tem sido o intercâmbio comercial entre o Brasil e a Iugoslávia. Conforme o balanço e chefe do governo brasileiro, o que resultou de tal exame é a sua irregularidade, que se reflete nos altos e baixos de exportações e importações, conforme se pode ver no quadro que reproduzimos a seguir (em milhões de dólares):

Ano	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Total
1955	17,1	14,7	31,8
1956	15,7	19,8	35,5
1957	4,0	1,9	5,9
1958	2,7	0,3	3,0
1959	3,2	1,1	4,3
1960	8,0	4,0	12,0
1961	4,8	4,4	9,2
1962	2,5	12,5	15,0
TOTAIS	58,0	58,7	116,7

Com a exceção dos anos de 1956 e 1962, a balança comercial entre os dois países apresentou-se favorável ao Brasil, mas no conjunto da série foi praticamente equilibrada, registrando pequeno saldo — 0,7 de um milhão de dólares — em favor da Iugoslávia. Salta à vista que o comércio com a Iugoslávia oferece possibilidades de muito além dos níveis atuais, bastando atentar-se para o total das trocas nos oito anos — 116,8 milhões de dólares — e para os níveis em que elas se mantiveram nos dois primeiros anos. Supondo que o intercâmbio se mantivesse em torno de 30 milhões de dólares

anuais, nos dois sentidos, tornaria para os oito anos um total de 240 milhões de dólares, mais do dobro do que alcançou.

As causas das flutuações do intercâmbio com a Iugoslávia não diferem, em essência, das que têm trazido perturbações análogas nas trocas com outros parceiros também da área de convênios bilaterais. Residem elas, antes de tudo, na retração, por parte do Brasil, das importações de Iugoslávia. E como os países socialistas baseiam no equilíbrio de trocas seu intercâmbio com o exterior, a uma retração das nossas compras a eles corresponde necessariamente uma retração deles nas compras que nos fazem. Esperam as autoridades brasileiras, no caso específico da Iugoslávia, remover esses obstáculos com a criação do “Grupo Misto de Cooperação Industrial” brasileiro-Iugoslavo. Além disso, há também a efetivação do convênio firmado entre a Companhia Vale do Rio Doce e a Administração do Porto de Rijeka, no sentido de ser transformado aquele porto numa via de acesso do minério de ferro brasileiro à Iugoslávia — que deseja importá-lo — e a outros mercados da Europa Central. A importância desse convênio, no momento em que a “Hanna” vê frustradas suas pretensões de apoderar-se do nosso minério de ferro — e, portanto, quando o truste arremonta influências, interesses e forças contra o Brasil —, transcende, assim, da esfera comercial.

As aspirações brasileiras de melhoria substancial das relações econômicas com a Iugoslávia foram plenamente correspondidas pelas palavras do marechal Tito, em sua resposta ao sr. João Goulart.

Bancários

Aos Trabalhadores, ao Povo, ao Comércio e à Indústria

Os bancários, reunidos em assembléia geral, ontem, dia 23, decidiram, por unanimidade:

CONSIDERANDO que o esquema impatriótico montado pelo Sindicato dos Bancos da Guanabara, para funcionamento em todo o País, já foi quebrado em vários Estados, como o Pará, R. G. do Norte, Paraíba, Alagoas, Estado do Rio de Janeiro e, notadamente, em Pernambuco;

CONSIDERANDO que também aqui na Guanabara já sentimos os primeiros sintomas de rompimento daquele esquema, como se evidenciou com a nota divulgada pelo Presidente do Banco do Brasil, em relação à concessão de abono em março;

CONSIDERANDO que é de se esperar que a posição do Governo evolua, nas próximas horas, para ações definidas frente à situação criada pela intransigência patronal, como único recurso para promover a tranquilidade social e ensejar a normalização das atividades bancárias;

CONSIDERANDO que os banqueiros, em sua nota pública de ontem ameaçam recorrer ao “clock-out”, tal como os banqueiros de Belo Horizonte e Estado do Rio já estão fazendo;

CONSIDERANDO que tal atitude confirma a nossa denúncia quanto aos objetivos políticos da intransigência patronal;

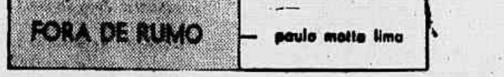
CONSIDERANDO que essas circunstâncias nos levam a cogitar de adoção de diferentes táticas de luta, que deverão ser aplicadas quando julgarmos oportuno, no sentido de não cooperar com os propósitos patronais e atingir, mais rapidamente, nossos objetivos,

RESOLVEM

- 1º — Manter a greve em todos os bancos, hoje, quinta-feira, dia 24;
- 2º — convocar os membros das comissões de esclarecimentos e as comissões sindicais, devidamente credenciadas, para uma reunião hoje, às 16 horas, na sede do Sindicato;
- 3º — advertir os senhores banqueiros que após cumprirmos mais um dia de greve geral, adotaremos os processos de luta que impeçam seus manobras contra os bancários e o Nação;
- 4º — convocar nova sessão desta assembléia permanente para hoje, às 18:30 horas, no Automóvel Clube do Brasil.

Rio, 26-9-63
A DIRETORIA
O COMANDO GERAL DOS BANCÁRIOS

EM TEMPO: Em São Paulo, onde já estava em greve o Banco do Brasil, a classe bancária decidiu deflagrar a greve geral em todo o Estado.



O sr. José Carlos Guerra, da ala “bossa nova” udenista, reclamou, na Câmara Federal, a votação das reformas de base. Lembrou que todos os componentes da casa, quando candidatos, prometeram votar aquelas reformas, principalmente a reforma agrária. Entretanto, depois de eleitos, aqueles senhores, em sua maioria, não só esqueceram seus discursos eleitorais, como também até agora deixaram de lado a regulamentação de disposições constitucionais sobre o direito de greve, a participação nos lucros, a reforma bancária e outras. Na mesma sessão da Câmara o sr. Elói Dutra aludiu à corrupção que lava em bancadas do Congresso e citou um exemplo, o do prócer udenista e arauto da extrema direita Herbert Levy. Este, embora banqueiro e comerciante riquíssimo de café (paulista de trinta anos), dava dinheiro ao IPES e tirava dinheiro da ADEP, numa habilidosa operação de ida e volta.

É compreensível a perplexidade dos sr. José Carlos Guerra e Elói Dutra. Hoje pode-se dizer que todo o País se encontra interessado nas reformas de base. Ninguém se atreve a defender a estrutura social que aí está. Ao contrário disso, todos proclamam que essa estrutura não mas se adapta às condições de vida do Brasil. Não só os antigos candidatos esquecidos de promessa feitas aos eleitores, sabotam a realização das reformas de base. Os membros do Executivo, que também se manifestam pelas reformas, não exercem, nos quadros políticos,

toda a influência de que dispõem, para que se saia do atual impasse. A atitude dos elementos comprometidos com o passado, dos homens que temem o futuro não é unicamente de resistência passiva ou de sabotagem. Alguns deles vão mais longe e tomam posição agressiva, em relação aos trabalhadores, engrossando a onda marrom da imprensa libadiana contra o movimento sindical e o direito de greve. E o caso dos sargentos? Todos reconhecem que os sargentos não podem continuar sofrendo limitações em seu direito de cidadania. Mas não se chega a uma conclusão quanto à legalização desse direito e ao mesmo tempo apresentam-se para o caso a solução absurda de tirar também dos oficiais o direito que se está negando aos sargentos e que se nega aos cabos, aos soldados e aos não-alfabetizados: o direito constitucional de votar e ser votado, segundo o preceito de que todos são iguais perante a lei.

Os fatos que provocam protestos como os dos sr. Carlos Guerra e Elói Dutra fazem lembrar episódios posteriores à queda de Washington Luis, quando os responsáveis pelo movimento de 1930 cometeram a desapontar o povo. Hoje, no entanto, a situação brasileira é completamente diversa e a possibilidade de articulação de todas as forças populares organizadas pode levar à derrota as tentativas de barrar o progresso ou provocar um retrocesso na evolução democrática do Brasil.

HIPNOSE NA CIRURGIA

O professor, cientista búlgaro Gueorgui Yankov, conhecido otorinolaringologista, tem realizado várias operações das amígdalas sem anestesia, utilizando o hipnotismo. A preparação se faz em 5 ou 6 etapas, para consolidar os reflexos condicionados. As primeiras se realizam em um ambulatório e as últimas no estado de sonambulismo do paciente. Neste momento, seus pensamentos estão dirigidos continuamente para o fato de que suas amígdalas são um foco de supuração, que segrega toxinas prejudiciais ao organismo e que serão extraídas sem qualquer dor e mesmo sem que o doente o perceba. Além de indolor, não há perda de sangue e o paciente pode falar no mesmo dia da operação e comer normalmente no dia seguinte.



RITMO ACELERADO

A instalação e o desenvolvimento do ramo de construções mecânicas e sua transformação em um setor fundamental da economia rumana, é um dos resultados mais importantes alcançados pelo país nos anos de pós-guerra. A produção desse ramo é, em 1963, 17 vezes maior que em 1938 e representa cerca de 27% da produção global da indústria. O ritmo médio anual de incremento da produção nesse setor chegou, nos três primeiros anos do Plano Sexenal, a mais de 20%. Antes da guerra, a Rumania importava cerca de 95% de máquinas e equipamentos; hoje, a indústria nacional cobre 70% da demanda de maquinaria. Por outro lado, essa procura é atualmente muito maior, bastando dizer que nos últimos três anos e seis meses foram postas em funcionamento mais de 200 empresas, e novas seções da indústria de interesse nacional foram ampliadas e reequipadas.

MUDANÇAS NA UCRÂNIA

Foram publicadas na Ucrânia novas informações sobre o êxito na construção de moradias nessa República soviética. Em Kiev, Karkov, Dniepropetrovsk, Donetsk, Lugansk, Zaporozhie, Odessa, Lvov, estão à frente nesse terreno. Os trabalhadores da República da Ucrânia receberam este ano 330 mil apartamentos, o que significa que se mudam cerca de mil famílias por dia. Durante um ano, se construiu na Ucrânia uma superfície habitável igual à já existente em cidades como Kiev e Odessa. No último decênio, nas cidades e povoados dessa República foram construídos dez milhões de metros quadrados de superfície habitável, mais que nos 35 anos anteriores.

DA ÓPERA A CÂMARA

A cantora tcheca Vera Soukupova, vencedora do recente Concurso Internacional de Canto, realizado no Rio de Janeiro, deixará a ópera do Teatro Nacional de Praga para dedicar-se inteiramente ao canto de câmara. Entre seus projetos, figura um concerto de cânticos de Heitor Villa Lobos e outros compositores brasileiros. Colaborará com a grande cantora o pianista Alfred Holecek. Será também solicitada a cooperação da sr. Marina de Barros Gomes, esposa do embaixador brasileiro na Tchecoslováquia, sr. Jayme de Barros Gomes.



ESTUDO DE MINAS

No dia 1º de setembro, iniciaram seus estudos na Escola Superior de Mineração, em Freiberg, província de Karl-Marx-Stadt, 423 estudantes, entre eles 22 moças, provindos de 30 países. Essa escola da República Democrática Alemã é o centro mais importante da especialidade na Europa. Os estudantes estrangeiros procedem dos países socialistas e também da Síria, Argélia, Tunís, República Árabe Unida, Bolívia, Brasil, Birmânia, Índia, Indonésia e outros. Em 1965, a Escola de Freiberg celebrará o 200º aniversário de fundação, tendo o governo da RDA investido 50 milhões de marcos para ampliar o centro de ensino e investigação. Há mais de dois mil alunos atualmente matriculados nessa escola, além de 1.200 que estudam por correspondência.

LIBERDADE DE CULTO

As diversas comunidades religiosas da República Democrática Alemã gozam do direito à liberdade de culto, garantida pela Constituição. Na RDA existem 6.000 pastores e vigários, 1.500 sacerdotes católicos e 700 de igrejas livres, o que constitui um total de 8.200 eclesiásticos, que todos os domingos celebram seu serviço religioso. Existem no país mais de 2.500 instituições da Igreja Protestante (Missão Interna) e da Igreja Católica (Caritas). Entre elas encontram-se 76 hospitais, com um total de 13.500 leitos, assim como estabelecimentos para ancianos e associações infantis. Os subsídios estatais para o pagamento do pessoal dessas entidades elevam-se a 50 milhões de marcos anuais. Para as instituições religiosas do serviço de Saúde Pública, o Estado e os seguros sociais contribuíram, no ano passado, com quase 56,5 milhões de marcos. Há 6 escolas católicas para enfermeiras. Em 1961 e 1962, a editorial católica "St. Benno-Verlag" publicou 262 livros, com um total de 2.700.000 exemplares. A Sociedade Geral da Bíblia editou 35 livros, com uma tiragem total de 550.000 exemplares. Além disso, existem vários jornais religiosos.

Visita de Tito Coexistência Paz Colaboração

Hóspede oficial do governo brasileiro, esteve em Brasília de 18 a 23 de setembro o marechal Josip Broz Tito, chefe do Governo da República Federativa Socialista da Jugoslávia, visita marcante por seus aspectos políticos e econômicos, bem como pelo carinho com que os trabalhadores brasileiros receberam o ilustre visitante.

Do ponto de vista político, foi ressaltada a identidade de opiniões entre o estadista jugoslavo e o presidente João Goulart quanto a questões como paz, desenvolvimento, coexistência pacífica e autodeterminação fundamentais para o bem da humanidade.

No terreno econômico-comercial, acordos entre os dois países foram assinados visando o incremento das trocas entre o Brasil e a Jugoslávia, cuja importância transcende o comércio entre os dois países, abrindo caminho para a abertura e a intensificação das relações de nosso País com outros da área socialista.

IDENTIDADE DE VISTAS

O aspecto mais importante da visita do governante jugoslavo ao Brasil foi sem dúvida, a identidade de pontos de vista com o presidente João Goulart, identidade expressa nos discursos e saudações trocadas entre ambos.

No discurso pronunciado pelo presidente da República ao receber o visitante, destacaram-se importantes trechos referentes aos principais problemas atuais da humanidade e a posição brasileira diante dos mesmos.

Depois de referir-se as sempre boas relações reinantes entre o Brasil e a Jugoslávia, o presidente João Goulart abordou a nova fase da política externa brasileira, falando que a "vocalização pacífica é um traço característico da alma do povo brasileiro e de sua existência política. E o Brasil participa do esforço daqueles países que defendem a necessidade de uma tranquila evolução na comunidade internacional condenando sempre o recurso à violência".

Mais adiante, pediu o presidente da República que lhe fosse "permitido evocar, aqui algumas constantes de nosso comportamento internacional — a defesa intransigente da paz, a proscricção da guerra, a igualdade jurídica entre os Estados, o respeito aos direitos humanos, a não-intervenção na vida interna das nações e a autodeterminação dos povos".

Em seguida, o presidente João Goulart fez considerações sobre o não-alinhamento em blocos unilaterais e a necessidade de liquidar o colonialismo, e manter a coexistência pacífica, destacando o papel dos países em fase de desenvolvimento nesse panorama geral.

Em seu discurso de agradecimento, o marechal Tito expressou o reconhecimento do novo papel que o Brasil vem desempenhando na arena internacional, dizendo que na Jugoslávia "acompanhamos com interesse e simpatia os esforços que o governo brasileiro e todo o povo envidam para o desenvolvimento econômico e do progresso social" salientando que "nós temos em alto apelo a estudada contribuição do Brasil e do governo brasileiro na solução dos problemas fundamentais da humanidade".

Referindo-se às posições coincidentes entre Brasil e Jugoslávia, o marechal Tito afirmou que "na atual situação internacional, quando, apesar de certa melhora, ainda sempre continuam existindo muitos problemas pendentes e quando o perigo de guerra ainda não foi eliminado — a luta pela preservação e pelo fortalecimento da paz vincula todos os países e povos do mundo. As relações pacíficas entre todos os povos constituem condições indispensáveis à existência na época atual. Especialmente os países que têm seu desenvolvimento econômico e social em ascensão, como o Brasil e a Jugoslávia, só em paz podem utilizar com êxito seus potenciais humanos e naturais e consagrar todas as forças à realização do seu ulterior desenvolvimento em todos os domínios".

COMÉRCIO Grande relevo têm os documentos comerciais, assinados entre o Brasil e a Jugoslávia por ocasião da visita do marechal Tito, visando diversificar e intensificar as trocas entre os dois países.

Os principais aspectos nesse terreno foram a constituição da Comissão Mista Brasil-Jugoslávia, que se vai reunir em 1964 para estudar em detalhes o incremento comercial, e a assinatura do Acordo sobre a Criação do Grupo Misto de Cooperação Industrial e do Contrato de Cooperação Econômica entre a Associação do Pólo de Rijeka e a Companhia Vale do Rio Doce.

Dois outros tópicos merecem referência: o acordo para fornecimento de tratores jugoslavos de tipo ainda não fabricado no Brasil ao Ministério da Agricultura, e a participação de produtores industriais brasileiros na Feira de Zagreb de 1964.

ENCONTRO SINDICAL

"Esta é realmente uma grande cidade que nos impressiona e nos fala da grandeza e da força criadora dos arquitetos brasileiros — disse o presidente Josip Broz Tito, referindo-se a Brasília, ao receber os líderes sindicais e estudantis do Distrito Federal no Palácio da Alvorada.

O primeiro mandatário jugoslavo conversou durante uma hora com os deputados Clodomir Riani e Benedito Cerqueira, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e do Comando Geral dos Trabalhadores, e com os srs. Oscar Niemeyer, presidente do Instituto Brasília-Cuba e criador de Brasília; Carlos Castilho, vice-presidente da União Nacional dos Estudantes; Humberto Schettini, presidente do Sindicato da Construção Civil de Brasília; Geraldo Campos, presidente da Associação dos Servidores da NOVACAP, Adelfino Casas do Sindicato dos empregados em Estabelecimentos Bancários; Aristeu Aquiles, presidente, e Manoel Fernandes Costa, diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Brasília, e outros.

O sr. Humberto Schettini, presidente do Sindicato dos empregados na Construção Civil, disse que "os trabalhadores de Brasília desejavam exprimir a honra que sentiam por se encontrarem com o marechal Tito, em cuja pessoa saudavam o símbolo da luta heróica do povo jugoslavo".

Disse que "saúdamos o povo que luta pela construção de uma sociedade nova" acrescentando: "E, aqui, ao lado dos trabalhadores, com o mesmo propósito, está Oscar Niemeyer, arquiteto de renome mundial, de cujo cérebro saíram as concepções desta cidade nova. Aqui, ao lado dos trabalhadores, estão os jovens estudantes. E quero concluir afirmando que a saudação que fazemos ao heróico povo jugoslavo expressa o sentimento do povo brasileiro, cuja maioria está aqui representada".

O deputado Clodomir Riani, declarando falar na qualidade de dirigente do CGT, disse que trazia também a saudação dos trabalhadores do Brasil inteiro ao primeiro mandatário jugoslavo, acrescentando que gostaria muito de poder re-

visitar o Brasil em sua sede, no Estado da Guanabara".

O deputado Benedito Cerqueira saudou o marechal Tito em nome dos trabalhadores metalúrgicos da Guanabara e depois de lamentar não poder recebê-lo na sede da entidade da classe, disse que esperavam os metalúrgicos poder receber o marechal Josip Tito, numa outra oportunidade, num ambiente de plena liberdade na Guanabara.

"Embora esteja aqui numa visita de chefe de Estado, como ex-operário, desejo responder aos senhores, transmitindo as mais cordiais saudações dos operários jugoslavos aos operários brasileiros" — declarou o marechal Josip Broz Tito, voltando a usar da palavra. E acrescentou: "Quando falo em operários jugoslavos penso nos que trabalham e criam algo, pois, em nosso país a palavra operário tem um sentido mais amplo, abrangendo Intelectuais, Juventude, estudantes, etc. Todos são operários, na Jugoslávia, porque exercem atividades criadoras".

"Agradeço a saudação que foi endereçada daqui à classe operária jugoslava, que trabalha e que edifica o socialismo".

GOLPISMO ISOLADO

A visita do marechal Tito deu margem a que os chefes do golpismo tentassem fazer provocações anticomunistas, no que foram absolutamente frustrados, diante das demonstrações de carinho que o governante jugoslavo recebeu por parte dos trabalhadores brasileiros onde quer que tenha estado.

E não só dos trabalhadores partiram as demonstrações de hospitalidade e admiração ao chefe daquela nação socialista. Os governadores de Goiás, Estado do Rio, Minas Gerais e Pernambuco, por exemplo, formularam convites (o primeiro foi atendido) para que o estadista visitasse oficialmente seus Estados.

Assim, mais uma vez ficaram absolutamente isolados Lacerda e Ademar de Barros, que pensaram poder obscurecer a importância da visita do governante jugoslavo a seus Estados.



AS EXCAVAÇÕES DE FRANCO



A Alemanha ocidental está de modo a atrair um interesse todo particular com a Espanha de Franco. Já visitaram o país ibérico, em 1963, três ministros do governo de Bonn: o da Agricultura, o da Construção e o dos Correios.

O dos Transportes marcou visita para este mês. Agora, é anunciada também a viagem do sr. Hermann Hoecherl, ministro do Interior, que — por mera coincidência — está atualmente empenhado, sob uma onda de protestos, em introduzir na Alemanha uma legislação de exceção, que trará novas restrições à já estreita liberdade reinante na jurisdição de Bonn. O sr. Hermann espera colher boas experiências a respeito na visita a Franco. No entanto, anuncia que pretende apenas, em sua viagem, "visitar excavações históricas", o que dá lugar a interpretações dúbias.

NÃO É NOVIDADE

Já chegou à Alemanha ocidental a onda de intolerância racista entre norte-americanos. Vários incidentes têm ocorrido entre soldados brancos, brancos e negros, integrantes das tropas dos Estados Unidos "estacionadas" no país. Nas ruas nos quartéis, nos bares, têm havido sérios choques entre brancos e negros, o que levou o Comando norte-americano a organizar patrulhas, que percorrerão as ruas, procurando impedir novos incidentes. Para o governo Adenauer, o racismo, como se sabe, não constitui algo de inédito.

LIVRE EMPRESA

Em Maracajó, na Venezuela, nasceram quintuplos. Várias empresas comerciais estão, há várias semanas, assediando os pais das crianças, para que firmem contratos de publicidade. Agentes comerciais aparecem todos os dias, oferecendo elevadas somas, a tal ponto que os médicos proibiram sua entrada no hospital, pois estavam pondo em risco a vida da mãe dos quintuplos. Revoltado, o pai das crianças rechaçou todas as ofertas, afirmando que "não venderá seus filhos".

APARTHEID EM SAIGON

A explosão de uma bomba em Saigon, no último sábado, danificou seriamente algumas casas e destruiu inteiramente outras, com vários feridos. É uma notícia aparentemente comum, na conturbada capital do Vietnã do Sul, não fora a divulgação do local em que foi atirada a bomba. Tratava-se de um cinema norte-americano, exclusivo para norte-americanos. Lá não poderiam entrar os súditos da sr. Nhu, só os jovens louros do Exército de ocupação. Isto faz lembrar o aviso lanque colocado numa praça em Changai, antes de 1949: "Proibida a entrada de chineses e cães".

CUSTOU A ENTENDER



Depois de tantos anos, um dirigente norte-americano "reconhece" que as populações indígenas dos Estados Unidos são "vítimas da depressão econômica e social". Foram palavras do sr. Robert Kennedy, numa Convenção Nacional de índios, que acrescentou a ser "uma tragédia irônica que os índios estejam prontos a abandonar sua plena liberdade".

Bob disse ainda que as populações indígenas não têm possibilidade de receber a instrução necessária, nem assistência médica. "a tal ponto que os índices de mortalidade infantil entre elas são duas vezes maiores que os de qualquer outro grupo racial nos Estados Unidos". Não, que somos velhos espectadores de filmes lanques e que já vimos tanto indio servir de alvo para os exercícios de pontaria dos desbravadores do Oeste, já nutríamos há muitos anos, sérias dúvidas sobre a igualdade dos indígenas.

FÓSFORO QUEIMADO

Os EUA estão muito preocupados com o destino dado aos seus dólares entregues aos títeres de Saigon para o "combate ao comunismo". O presidente John Kennedy ordenou ao sr. Robert McNamara, secretário de Defesa, e ao general Maxwell Taylor, chefe do Estado-Maior Conjunto, que partissem imediatamente para o Vietnã do Sul, onde as tropas que combatem os guerrilheiros estão sofrendo pesadas perdas. Como se sabe, mais de um milhão de dólares por dia são empregados pelos EUA no Vietnã e agora altos funcionários norte-americanos perceberam que "o governo Diem se afastou do povo". Teremos novo tiroteio por aquelas bandas, ao que tudo indica.

MERCENÁRIOS DE BETTANCOURT

O governo Bettancourt não encontra mais venezuelanos de confiança para integrar sua polícia. Está recorrendo ao recrutamento de estrangeiros, já tendo organizado um corpo de mercenários, composto de espanhóis, haitianos, portugueses, etc., para perseguir os venezuelanos. O fato foi denunciado pela imprensa de Caracas, sob o título "Os mercenários estrangeiros: um dos aspectos mais vis do regime policial". O próprio ex-chanceler Arcaiza afirmou há dias na televisão que a "Dipepol" (polícia política venezuelana) não passa de uma legião estrangeira.

UM MILHÃO SEM TRABALHO

Há atualmente 850 mil desempregados na Argentina, segundo estimativa da Liga dos Consumidores. A organização acusa a redução no consumo, diante da crise econômica em que se defronta o país. Essas cifras, divulgadas por uma entidade estatal, são consideradas baixas por várias organizações populares, que assinalam ultrapassar um milhão o número dos sem-trabalho.

Declaração Brasil-Jugoslávia: Paz e Autodeterminação

É o seguinte o texto do comunicado conjunto Brasil-Jugoslávia, histórico documento assinado em Brasília pelos presidentes João Goulart e Tito:

A convite do governo brasileiro, a. exa, o senhor Josip Broz Tito, presidente da República Socialista Federativa da Jugoslávia, visitou o Brasil de 18 a 23 de setembro de 1963. Durante sua permanência no Brasil, o presidente Josip Broz Tito manteve conversações com s. exa, o doutor João Belchior Marques Goulart, presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.

Durante essas conversações, que decorreram no clima de franqueza e mútua compreensão que informa as amistosas relações entre o Brasil e a Jugoslávia, os dois presidentes tiveram ensejo de analisar o favorável desenvolvimento da cooperação entre os dois países, em todos os terrenos, bem como de examinar o panorama da situação política internacional e suas perspectivas futuras.

PAZ E DESARMAMENTO

Os dois presidentes concordaram em que a preservação da paz continua sendo a principal tarefa dos Estados, para a qual devem convergir os esforços do Brasil e da Jugoslávia, países cuja importância internacional cresce constantemente, o que os obriga a empenhar-se vivamente, por todos os meios, para o de-

Assim sendo, expressam a esperança de que tal iniciativa será seguida de outras medidas concretas, como a interdição das experiências subterâneas, prevenção da disseminação de armas nucleares, estabelecimento de zonas desmilitarizadas e prevenção da guerra por acidente, erro de cálculo ou falha no sistema de comunicações.

COLONIALISMO E AUTODETERMINAÇÃO

Os dois presidentes examinaram os recentes acontecimentos relacionados com o processo de descolonização, expressaram sua satisfação pelo progresso já realizado nesse terreno e reafirmaram o desejo dos dois países de continuarem a empenhar-se pela aceleração daquele processo, de acordo com os princípios estabelecidos na Carta das Nações Unidas e com as resoluções pertinentes da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança.

No mesmo sentido, concordaram também com a necessidade de serem evitados os esforços para a eliminação mais rápida da discriminação racial, que continua sendo praticada em várias regiões do mundo e que contribui para o agravamento da situação internacional.

Nesse e outros aspectos, como a constante reafirmação do direito de autodeterminação dos povos, de respeito mútuo e igualdade, e de não-intervenção nos as-

Assim sendo, expressam a esperança de que tal iniciativa será seguida de outras medidas concretas, como a interdição das experiências subterâneas, prevenção da disseminação de armas nucleares, estabelecimento de zonas desmilitarizadas e prevenção da guerra por acidente, erro de cálculo ou falha no sistema de comunicações.

COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO

O grave problema do desenvolvimento existente entre os países industrializados e os países em processo de desenvolvimento foi objeto de detida consideração pelos presidentes Tito e Goulart. Dentro desse contexto, passaram em revista as tendências do comércio internacional, concordando que as atuais normas e princípios que regem as relações econômicas internacionais não permitem que o comércio mundial desempenhe seu papel legítimo de instrumento para sustentação e aceleração do crescimento econômico dos países em desenvolvimento. Examinaram particularmente os efeitos negativos da contínua deterioração das relações de troca dos países exportadores de bens primários sobre as receitas de exportação desses países e, conseqüentemente, sobre sua capacidade de importar bens de capital e matérias-primas de uso industrial imprescindíveis ao desenvolvimento econômico.

Reafirmaram seu apelo irrestrito aos propósitos da Conferência das Nações Unidas sobre comércio e desenvolvimento, convencidos de que este foro oferece

uma oportunidade para a reformulação das regras e estruturas do comércio internacional, num sentido favorável ao desenvolvimento acelerado de todos os países e particularmente dos países subdesenvolvidos e para a manifestação, no campo do comércio e desenvolvimento, do mesmo espírito de cooperação internacional e determinação política que foi responsável pela Carta de São Francisco, e pela criação das Nações Unidas. Notando com satisfação o andamento dos trabalhos preparatórios da Conferência de Comércio e Desenvolvimento, expressaram sua concordância com a letra e o espírito da Declaração dos países em desenvolvimento, elaborada no término da II Sessão do Comitê Preparatório e assinada por representantes dos dezesseis países subdesenvolvidos que integram este Comitê, dentre os quais o Brasil e a Jugoslávia.

Os dois presidentes constataram, com satisfação, que as relações econômicas entre os dois países se desenvolvem favoravelmente, e que existem amplas possibilidades para o ulterior fortalecimento de colaboração mútua nesse domínio. A esse respeito, realizaram-se, durante a visita, conversações especiais entre representantes dos dois governos, que resultaram na assinatura de um protocolo correspondente, visando à mais profícua concretização dessas possibilidades.

Povo Com CGT Gorilas Com Peri



Movimento Sindical Paulista Responde à Provocação de Peri

O Intelectual e Brasileiro não se dá por satisfeito com o movimento sindical, por parte do general Peri Beviláqua, mereceu a pronta resposta dos sindicatos, confederações e organizações inter-sindicais dos trabalhadores paulistas.

Logo após a publicação do impudido documento, reunido a Comissão Executiva do Pacto Inter-sindical de Ação Conjunta para o exame do assunto, do qual se afirma de emissão de uma nota pública em réplica às palavras insolentes do general Peri, seria enviado telegrama ao sr. Presidente da República, Abílio, transcrevendo os dotes documentos.

1) A Comissão Executiva do Pacto de Ação Conjunta dos Trabalhadores de S. Paulo, reunida no dia de hoje, para apreciar o desenvolvimento da campanha jornalística e das reivindicações formuladas em conjunto pelos trabalhadores de S. Paulo, bem como o pronunciamento do general Peri Beviláqua, inscrito na imprensa paulistana e os acontecimentos políticos do momento, decidiu:

a) Manter a orientação já traçada em reuniões anteriores e aprovada em assembleias, para concluir que as demais categorias realizem assembleias até o próximo dia 30 do corrente mês, tornando-se permanentes para manter-se em estado de alerta e tomada de ação energética e imediata quanto a qualquer tentativa de encerramento das liberdades sindicais e democráticas ou violação dos direitos constitucionais.

b) Intensificar a preparação e mobilização para a grande assembleia conjunta a realizar-se no dia 6 de outubro próximo, às 9 horas.

c) Protestar veementemente contra os termos injuriosos e aviltantes do manifesto lançado pelo general Peri Beviláqua insultando-nos mesmo à orientação do Programa de Reforma do Estado do Brasil, sr. presidente da República, coincidente com as posições anticonstitucionais do sr. Artur de Barros, sr. Carlos Lacerda e outras personalidades interessadas em negar o desenvolvimento do País, visando impedir a luta de reivindicações dos trabalhadores em prol de melhores salários e melhores condições de trabalho.

d) Realizar seu apoio ao CGT, Pacto de Unidade e Ação, Fórum Sindical de Debates de Santos e demais entidades que vêm desenvolvendo seus esforços em defesa dos trabalhadores e da soberania nacional.

e) Realizar, também seu incondicional apoio à luta pela elegibilidade e posse dos sargentos e demais candidatos eleitos pelo voto no pleito de outubro de 1962.

f) Elaborar uma carta aberta ao general Peri Beviláqua, às autoridades públicas e ao povo em geral, reafirmando a posição política do movimento sindical de defesa intransigente na luta anti-imperialista, conquista de melhores condições de vida para os trabalhadores e garantia das liberdades asseguradas na Carta Magna e concretização das Reformas de Base anunciadas pelo presidente da República.

O telegrama ao sr. João Goulart diz o seguinte:

Carta aberta ao povo Ataca os Trabalhadores Mas Silencia Diante Dos Crimes Dos Tubarões do Leite

A propósito da nota-instrução do comandante do II Exército, divulgada no jornal de 19 do corrente, o movimento sindical sente-se no dever de, a bem da verdade, esclarecer e declarar o seguinte:

a) Que as causas da crise política, econômica e social que atravessa o País residem na espoliação do capital estrangeiro e na estrutura agrária arcaica, baseada no latifúndio. Toda a Nação sofre as consequências disso, principalmente os trabalhadores das cidades e do campo, todos aqueles que vivem de salários e vencimentos. É precisamente por esta razão que o movimento sindical organizado além de bater-se pelas reivindicações específicas das categorias profissionais que representa, luta também, ao lado de todo o povo, contra essa situação.

b) As diversas formas de unidade sindical, que têm sua expressão mais alta no Comando Geral dos Trabalhadores (C.G.T.) refletem a necessidade e o desejo dos trabalhadores de lutarem para a solução desses problemas. Assim, organizados e unidos os trabalhadores participaram, realizando greves gerais, das vitoriosas batalhas do povo brasileiro pela posse do atual presidente da República, pelas reformas de base e pela volta ao presidencialismo.

c) As declarações do general Peri Beviláqua contrapõem-se à posição do sr. presidente da República que, no discurso pronunciado a 23 de agosto na Guanabara, disse: "O Comando Geral dos Trabalhadores (C. G. T.) é o organismo superior da classe trabalhadora do Brasil. E com este organismo que o Governo conta para realizar as reformas de base tão reclamadas pelo povo".

d) Não correspondem de maneira alguma à tradição democrática do Exército Brasileiro as injúrias, ameaças e as inverdades contidas no pronunciamento do general Peri Beviláqua contra a unidade dos trabalhadores. Estas declarações refletem seu isolamento do espírito patriótico e democrático das forças armadas em nosso País e revelam o desespero e a tola dos setores retrogradados das classes dominantes, comprometidos com as forças mais reacionárias e contrárias à emancipação nacional.

e) A posição parcelar do atual comandante do II Exército ficou bem evidenciada com o seu silêncio quando das greves dos latifundiários e milionários do café e dos trustes do leite, que se insubordinaram contra as disposições legais emanadas do governo federal estipulando os preços oficiais para aqueles produtos e chegaram ao ponto de se negar o leite às crianças e aos enfermos, preferindo dá-lo aos porcos ou atirá-lo no rio Paraíba. Isso causou incalculável prejuízo ao povo e à Nação.

f) O ódio do atual comandante do II Exército se volta apenas contra os trabalhadores, que são vítimas da espoliação estrangeira e da estrutura agrária arcaica e semi-feudal, que toda a Nação luta para modificar, enquanto emudece diante da extorsiva remessa de lucros, "royalties", juros e dividendos, que avilta a moeda nacional, bem como da permanente sangria e do saque das nossas riquezas minerais, inclusive minérios estratégicos imprescindíveis à defesa da soberania nacional.

g) Para refletir os anseios e a luta do nosso povo, seus ataques devem ser dirigidos contra o IBAD, o IPES, o MAC, a ADEP e outras organizações congêneres que atentam contra a segurança nacional, como ficou comprovado na Comissão Parlamentar de Inquérito e com as descobertas feitas pelo glorioso Exército Nacional de diversos depósitos clandestinos de armas de guerra que seriam usadas contra o Povo, a Pátria e a Democracia.

h) Continuamos firmes e decididos na luta unitária dos trabalhadores e de todo o povo para a defesa das liberdades democráticas e para a solução dos problemas que afligem a Nação, tais como: CONQUISTA DE SALÁRIOS E VENCIMENTOS CAPAZES DE ASSEGURAR UM PADRÃO DE VIDA HUMANO E DECENTE AOS TRABALHADORES EM GERAL; RESPEITO À SOBERANIA DO VOTO POPULAR, COM A POSSE DE TODOS OS ELEITOS, INCLUSIVE OS SARGENTOS; DIREITO DE VOTO AOS SOLDADOS, CABOS E MARINHEIROS, BEM COMO AOS ANALFABETOS; REFORMA AGRÁRIA COM REFORMA DA CONSTITUIÇÃO E TODAS AS DEMAIS REFORMAS DE BASE RECLAMADAS PELOS INTERESSES NACIONAIS.

Apesar do desespero da minoria de privilegiados, o movimento sindical reafirma sua confiança na tradição e na disposição de luta do povo brasileiro que não tem vocação para ser escravo, como afirmou o presidente Vargas em sua Carta-Testamento.

São Paulo, 23 de setembro de 1962.

Pela Comissão Executiva do Pacto Inter-sindical de Ação Conjunta, a Luiz Tenório de Lima, Arthur Avalone, Floriano Francisco Dezen, Luiz Ferreira da Silva, Afonso Delélio, José Moledo e Valentim Rigamonti.

Niterói: Conselho Sindical e FMP Farão Comício-Monstro

O Conselho Sindical de Niterói resolveu, em reunião realizada dia 20, promover, junto com algumas outras organizações e entidades populares do Estado do Rio, um comício-monstro pelas reformas de base e em defesa das liberdades democráticas, já antecipado por uma carta enviada aos ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica, para manifestar-lhes, em nome dos trabalhadores fluminenses, o seu repúdio ao pronunciamento do general Peri Beviláqua, comandante do II Exército, na semana passada.

O comício, em preparo, deverá ser realizado o mais breve possível, provavelmente esta semana ainda. Dêle vão participar todos os sindicatos integrantes do Conselho Sindical de Niterói, a União Fluminense de Estudantes, deputados estaduais e federais, além do líder e elemento da massa camponesa do Estado do Rio, Para coordenar o comício — que se deseja constitua um acontecimento de importância no Estado — o Conselho Sindical de Niterói convocou a Frente de Mobilização Popular que, a fim de traçar plano, se reuniu, dia 26, às 19 horas, na Assembleia Legislativa do Estado.

Nas camadas operárias e estudantes do Estado do Rio o repúdio à Nota de Instrução distribuída pelo general Peri Beviláqua foi geral. Para o presidente da União Fluminense de Estudantes, as declarações do general Peri Beviláqua, que visam a usurpar aos trabalhadores as suas vitórias democráticas.

Com a mesma opinião se manifestou o vereador Aldir José de Sousa, para quem os trabalhadores não podem aceitar as provocações golpistas do general Peri Beviláqua, no ataque que fez ao CGT.

Por seu presidente, sr. Lúcio Xavier, o Sindicato dos Trabalhadores em Carros Urbanos de Niterói se declarou ao lado do CGT, dos sargentos presos em Brasília e dos mandatos que eles obtiveram, além da elegibilidade dos militares, conquistados pela Constituição. «O CGT — afirmou o sr. Lúcio Xavier — desde que nasceu da necessidade do povo brasileiro, é o alvo das forças reacionárias do País, pois bem sabem que ele representa o órgão dirigente dos trabalhadores do País e seu defensor incondicional».

O sr. Mayrink Filho, presidente do Sindicato dos Bibliotecários e do Conselho Sindical de Niterói, disse a SR que cabe a todos os trabalhadores brasileiros, em defesa das liberdades democráticas, que o CGT neste momento representa.

A carta assinada pelo Conselho Sindical de Niterói aos ministros militares diz o seguinte: Sr. Ministro, Sargentos, O Conselho Sindical de Niterói, por seu presidente, cumprindo deliberação unânime de sua reunião plenária realizada em 20 do corrente e interpretando o pensamento das várias dezenas de sindicatos que constituem este Conselho, vem manifestar seu mais indignado protesto contra o pronunciamento do General Peri Beviláqua comandante do II Exército, não só por constituir ato de desrespeito a autoridades de V. Excia. e do Exmo. Sr. Presidente da República, como também por ser um pronunciamento provocador, antipatriótico, antidemocrático, muito próprio dos agentes do IBAD, tal o seu conteúdo subversivo e golpista. A substituição daquela general e modo de defesa das li-

berdades democráticas e contra-batalha efetiva a conquista das reformas de base tão reclamadas pela nação brasileira.

Além disso, é compromisso da honra do Governo a que serve V. Excia., a ampliação e atualização das franquias constitucionais a dos direitos democráticos, pela consecução das reformas básicas de emancipação nacional.

O nosso CNT constitui legítimo e autêntico representante das melhorias socioeconômicas dos trabalhadores e da luta pelas reformas de base.

Essa carta do Conselho Sindical de Niterói foi transcrita nos anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio, por solicitação do deputado Elzio Ilanillo, da Frente Parlamentar Nacionalista do Estado.

Os deputados Afonso Celso Noronha e Aristides de Miranda Melo, afirmaram, também a necessidade de que se realizem eleições — que disse o deputado Afonso Celso — além com o CGT e a UNE, a linguagem de hoje e do futuro, e por isso devem participar da vida política nacional, junto com todos os brasileiros, iguais perante a lei.

Desde o CONCLAP aos pelegos ibadianos do chamado Movimento Sindical Democrático, desde o "Juiz" Francisco Campos, ideólogo do Estado Novo, ao finado marechal Dutra, desde Rui Gomes de Almeida, o especulador do arroz e diretor de Capuava, aos fanáticos terroristas da Frente da Juventude Democrática, desde Ademar de Barros a Júlio Mesquita — toda a fauna de entreguistas e reacionários junta-se, numa desusada agitação, em torno do general Peri Beviláqua, que a imprensa do IBAD, unanimemente, apresenta à opinião pública como se fosse um "héroi" afinal surgido para promover a "salvação nacional".

Até agora, somente Carlos Lacerda, entre os ases do golpismo, deixou de se "solidarizar" de público com o general Peri, o que se explica por conveniência política: o apoio ostensivo de Lacerda identificaria definitivamente e irremediavelmente o sentido golpista da posição assumida pelo comandante do II Exército e do movimento que se armou em torno de seu recente pronunciamento. A verdade, porém, é que já nessa altura o apoio aberto de Lacerda em nada, praticamente, alteraria a situação.

PERI: ONTEM E HOJE

Por que se tornou o general Peri Beviláqua esse arauto da "salvação nacional"? Porque, rompendo com o seu passado — especialmente o período em que atuou no comando do III Exército —, decidiu tomar o caminho da reação golpista e fazer de seu páso, em São Paulo, um bairrante a serviço das forças anti-democráticas e antinacionais. A atitude do general Peri representa a total negação de tudo quanto ouzava e fazia até há algum tempo atrás. Todos se lembram, por exemplo, de sua patilótica e corajosa posição ao dirigir-se, em termos os mais calorosos, ao então governador Leonel Brizola, quando da encampação da Bond and Share no Rio Grande do Sul. Depois, por ocasião da crise política de agosto de 1961, foi das mais firmes a sua posição entre os oficiais que compunham o comando do III Exército: antes mesmo da decisão do general Machado Lopes, já o general Peri dirigia-se a seus comandados, exortando-os a luta contra o golpe que os ministros militares pretendiam perpetrar. Em meados de 1962, por motivo das eleições para a diretoria do Clube Militar — tendo sido ele o candidato dos oficiais nacionalistas, contra a candidatura reacionária do general Magessi — o general Peri fez do desmascaramento do anticomunismo uma das primeiras táticas de sua campanha. Falando no "Jornal do Brasil" (30-5-62) denunciou o general Peri Beviláqua: "Voltaram a exibir aos desavisados o bicho-papão do 'perigo comunista', que já uma vez pôs em féria a Constituição, em 1937, e agora torna a amesclar-nos seriamente. O marcialismo sepultado nos Estados Unidos ressuscita entre nós, na forma sul-americana do golpismo". E adiante: "O Exército brasileiro nada é mais que o povo fardado. E não se pode negar ao povo, fardado ou a paisano, o direito de discutir livremente seus problemas e procurar para eles as melhores soluções, dentro da Constituição e das Leis".

Este, o passado — embora recente.

O presente é a reacionaríssima Nota de Instrução de 17 deste mês, que o entreguista golpista vem usando como sua bandeira contra o povo e as liberdades democráticas. A ampla divulgação feita desse documento pela imprensa ibadiana dispensa-nos de transcrevê-lo. Seus dois pontos essenciais são os seguintes: 1) condenação, de forma insultuosa, ao movimento dos sargentos por seu direito de elegibilidade; 2) afronta, em termos os mais grosseiros e inconcebíveis nos tempos atuais, ao movimento sindical, que nada mais é, para o comandante do II Exército, do que um "serpentário de peçonhentos inimigos da democracia" — tirada de supina mediocridade e de ódio zoológico aos trabalhadores.

Agora, como se vê, é o general Peri que passa a exibir bichos-papões do "perigo sindical"! e a ressuscitar o marcialismo, tentando negar ao povo — "fardado ou a paisano" — o "direito de discutir livremente seus problemas". Agora, é o general Peri que, desconhecendo, a espoliação do Brasil pelo imperialismo, afirma que são os trabalhadores que "exauram num trabalho antipatriótico a economia nacional".

CGT: Atitude de Peri Ajuda Inimigos do Povo

Respondendo às acusações feitas pelo general Peri Beviláqua, comandante do II Exército, o CGT divulgou o seguinte documento:

"O comandante do II Exército, general Peri Beviláqua, que, em Nota de Instrução aos seus comandados, fez uma apreciação da atualidade política brasileira e, mais uma vez, atacou o Comando Geral dos Trabalhadores.

O CGT é resultado de uma convenção entre diretores de Confederações, Federações, Sindicatos e Associações de trabalhadores, eleitos em pleitos democráticos para dirigir os destinos das entidades sindicais, legalmente reconhecidas pela Consolidação das Leis do Trabalho e pela Constituição Federal. Como resultado de outras convenções, individualizaram-se o Pacto de Unidade e Ação, o Fórum Sindical de Debates e outros órgãos não citados pelo comandante do II Exército.

Esses órgãos não são ajuntamentos ilegais e espúrios, nem tampouco "serpentários de peçonhentos, inimigos da democracia, tiradores de supina mediocridade e de ódio zoológico aos trabalhadores".

Não há de ser ações ou pronunciamentos estimuladores de cidadãos como os governadores Ademar de Barros e Carlos Lacerda, trincheiras tutelares da luta contra as reformas, e que também são contra a alteração de leis que permitem o estado de miséria e indigência em que vive o povo brasileiro, que farão os trabalhadores abandonarem a batalha pela emancipação econômica de nossa Pátria.

Não é por esse caminho e nem pregando e praticando a violência contra os trabalhadores, autênticos lutadores pelo elemento direito de sobrevivência e progresso da Nação, que o general Peri Beviláqua encontrará o meio de salvar o Brasil.

Como elementos de estranheza, cabe lembrar que, enquanto o senhor ministro do Trabalho, orientador e executor da política trabalhista do Governo, pronunciava-se, através de uma cadeia de televisão, responsabilizando o governador de São Paulo como incentivador da greve de Santos, o general Peri Beviláqua, em seu pronunciamento, afirmava que aquela greve foi uma ação nefasta dos operários. Afinal, o general Peri está ou não ao lado do Governo Federal? Ou está defendendo todos esses privilégios odiosos e existentes?

O Ilustre militar precisa definir-se pelo ou contra o povo pois quer impedir a luta contra os privilégios e assumir posição em defesa dos inimigos da Pátria.

Confiamos nos oficiais nacionalistas, nos sargentos, cabos e soldados das Forças Armadas e Auxiliares, no sentido de que se unam aos trabalhadores cada vez mais, para conseguirmos reformular as Leis que permitem privilégios para uma minoria, enquanto aumenta a disseminação de miséria entre os milhões de brasileiros."

nal". Agora, é o general Peri que, tornando-se cego diante do IBAD, das intervenções de Mr. Gordon em nossos assuntos internos e dos atrevidos ultimatos, feitos por mister David Bell, tem o deslucido de considerar que as organizações dirigidas pelo burocrata brasileiro, como o CGT, o PUA e o Fórum de Debates Sindicais são contrárias aos interesses nacionais.

PROVOCAÇÃO

A Nota lançada pelo comandante do II Exército está muito longe de ser uma instrução dirigida aos seus comandados. Trata-se, em verdade, de uma provocação política, de sentido e conteúdo totalmente golpistas. Isso, aliás, foi expressamente proclamado pelo fascista Francisco Campos, em telegrama de "solidariedade" ao general Peri. Diz o autor da Constituição do Estado Novo que "a significação daquele momento (isto é, a Nota de Peri) transcende a órbita militar", "aquele momento de uma mensagem de alcance nacional". Precisamente: a Nota do comandante do II Exército é um toque de chamada para o golpe, é a convocação para o desencadeamento da aventura tramada pelo entreguismo e a reação.

Veja-se, por exemplo, a contraposição que existe entre o que, sobre o CGT, dizem o presidente da República e o general Peri. Enquanto para o general Peri o CGT é um "ajuntamento ilegal e espúrio" e seus dirigentes são "maquiavelistas, malfidantes, criminosos de lesa-pátria", para o presidente João Goulart, segundo suas textuais expressões no comício de 23 de agosto na Cinelândia, o CGT é a "entidade máxima dos trabalhadores brasileiros" e "organismo com que o Governo conta para realizar as reformas de base tão reclamadas pelo povo".

Ainda mais. Os mesmos jornais que divulgavam a provocação do general Peri, afirmando que "humilhante é o comício entre militares esquecidos do julgamento prestado diante da Bandeira, com malfidantes, criminosos de lesa-pátria — dirigentes do sindicalismo revolucionário", publicavam a notícia de encontro havido entre o ministro da Guerra, general Jair Ribeiro, e os dirigentes do CGT em que foram discutidos importantes problemas nacionais.

Não é evidente que a provocação do general Peri tem os endereços do Palácio do Planalto e do Ministério da Guerra? Não é evidente que tudo isso, obedece a uma linha claramente golpista — a linha já anunciada por Lacerda, do "a partir de agosto de 1962"? Não é evidente que participa dessa linha a "advertência" final da "mensagem de alcance nacional": "ninguém é forte fora da lei"?

PAPEL DOS MILITARES

O general Peri é que estava certo — mas em 1962, ao afirmar que "o Exército brasileiro nada é mais que o povo fardado". E se é o povo, não pode o Exército ser transformado, como quer agora o mesmo general Peri, numa guarda pretoriana para assegurar os privilégios dos espoliadores norte-americanos e seus sócios, nem num bando de capitães-de-mato para perseguir e torturar os operários que vão à greve para protestar contra a fome e os camponeses que clamam por um pedaço de terra, pela reforma agrária. O Exército brasileiro está — hoje mais ainda do que antes — onde estava o general Peri ao apoiar a encampação da Bond and Share e ao participar do saque imperialista contra a nossa Pátria, ou ao participar do movimento antigolpista de 1961 que impediu o lacerdismo de empolgar o Poder, ou ao denunciar a chantagem do anticomunismo nas eleições de 1962 do Clube Militar. Está na luta dos sargentos pelo respeito aos votos que lhes foram dados e pelo direito incontestável de candidatar-se e eleger-se. Está na resistência à conspiração antinacional do IBAD. Está na solidariedade aos trabalhadores e ao povo em sua luta pelas reformas de base e por um governo que, rompendo com a conciliação e não admitindo, que militares como o general Peri ocupem postos de comando em nossas Forças Armadas, tome o caminho de uma política resolutamente de acordo com os interesses do Brasil.

Quem Apóia Peri

Três Clivis Feminina, Associação Comercial, Ademar de Barros, Movimento de Arrematação Feminina, Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo, Deputado Abreu Sodré (presidente da UDN paulista), Sindicato dos Lojistas do Comércio de São Paulo, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) Frente da Juventude Democrática, tais são as principais pessoas jurídicas e naturais que, conforme dizem "o Globo" e "o Estado de São Paulo", apressaram-se, com o alvarado da sem-tre, a levar ao general Peri Beviláqua o apoio do mais maciço reacionarismo existente no Brasil.

A Nota de Instrução contra o CGT e outros órgãos sindicais de trabalhadores, posta em circulação nos quartéis do II Exército pelo general Beviláqua, provocou e assanhou todos os reacionários a quem têm incomodado, cada vez mais, as greves e reivindicações dos trabalhadores. E os jornais que os interpretam, imediatamente trataram de dar aos apoios que os reacionários, através das entidades em que se congregam, deram ao pronunciamento do general Peri Beviláqua.

Algumas das entidades e organizações arroladas entre as que se manifestaram aos lados do comandante do II Exército, não passam de mera siglas sem nenhum conteúdo. Meia dúzia de profissionais do anticomunismo. A maioria, financiada pelo IBAD —

que é financiada pelo dinheiro do imperialismo norte-americano, indiscutivelmente falso. O IPES, por exemplo: é o IBAD, camuflado em entidade de pesquisas sociais e econômicas. A Frente da Juventude Democrática é o nome legal do ilegal MAC — aquele que meses atrás tanto terrorismo pôs em prática no Brasil inteiro. O resto são crianças artificiais correlatas com o IBAD, o IPES e a Frente da Juventude Democrática. Ficções. Como Ademar de Barros, essa caricatura de si mesmo, cacareco do humor paulista.

O Jôro de declarações de apoio ao general Peri Beviláqua visa a embair a opinião pública, dando-lhe a impressão de que ése

apelo é manifestação popular, tal o volume das declarações. E isso porque o reacionário, cada dia mais cego e sem perspectivas de continuidade, não perdendo oportunidade de fabricar sucessivos líderes. Um líder por semana — criam os reacionários, através de seus jornais. O mais recente é o general Beviláqua. Foi só o general falar a linguagem dos grupos mais reacionários antinacionais e fascistas, para que a imprensa que deles é portadora corresse ao seu encontro, ávida de abraçar, consagrar e principalmente promover um novo estalante na democracia cristã e ocidental.

Mr. Bell Exige do Brasil Política Econômica de Esfomeamento do Povo

Não houve modificação de substância na economia nacional desde a elaboração do Plano Trienal. E aqui referimo-nos, em particular, à previsão do montante de emissões para o ano em curso e, em relação ao fidejussório, ao comportamento do governo brasileiro para com os compromissos já vencidos ou a vencer no exterior no triênio 1963-1965. Efectivamente, perseguindo uma impossível fórmula conciliatória entre os objetivos de desenvolvimento econômico independente do País e os propósitos opostos do capital financeiro internacional — representado pelo FMI e pelo governo norte-americano — o governo brasileiro tentou o seguinte: mediante o compromisso de conter as emissões num nível em torno de 20 a 25% sobre o meio circulante em 31 de dezembro de 1962, obter, em troca, do governo americano — e, por extensão, do FMI e dos credores europeus — uma recondenação da nossa dívida no triênio. A missão San Thiago Dantas, que esteve nos Estados Unidos em março deste ano, perseguiu precisamente este objetivo, conforme se poderá verificar na troca de cartas com o sr. David Bell, da Agência Internacional de Desenvolvimento, amplamente publicada pela imprensa. Entretanto, conforme previamos nada do que foi prometido foi cumprido. Simplesmente porque era impossível, no contexto concreto da realidade brasileira, cumprir-lo. Nem o aumento do funcionalismo civil e militar pôde ficar limitado ao teto de 40% prometido pelo sr. San Thiago ao sr. Bell, nem o crédito pôde ficar próximo aos níveis constantes da correspondência trocada. Nem, principalmente, pôde efetivar-se a inqualificável negociação da compra das subsidiárias da Bond & Share, condição subjacente para o êxito das negociações empreendidas pelo sr. Dantas.

As Implicações Políticas da Luta Dos Negros Norte-Americanos

Assuntos da maior atualidade são tratados no n.º 7 (julho) da revista PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO, à venda nas principais livrarias e bancas de jornais. Entre as matérias deste número destacam-se um estudo de Ib Nerlund sobre o debate hoje existente no movimento comunista mundial, um artigo de Giorgio Amendola, sobre o avanço ultimamente obtido pelos comunistas italianos e um comentário sobre as implicações políticas da luta dos negros norte-americanos contra as atrocidades cometidas pelos racistas dos Estados Unidos. Um trabalho de M. Lemi trata das perseguições aos patriotas paraguaios.

Agência e assinaturas: Rua de Assembléia, 34, sala 304 — Rio de Janeiro - GB.

nhiero a 4% e mais ao mês realizar negócios com a perspectiva de obter apenas 2 ou 3%? Consideravam estas pessoas — sempre partindo da premissa de que não houvesse alterações nas condições gerais da economia — que um programa viável de combate à inflação deveria perseguir, num primeiro lance, a manutenção da taxa de inflação do ano anterior para, em seguida e progressivamente, ir reduzindo-a.

Mas, que faz o Governo? Aferrou-se às promessas feitas a Bell, na esperança de que em junho pudesse negociar com o FMI a saída das dificuldades. A retração violenta do crédito, que respondeu de imediato, uma retração nas atividades econômicas. E tal como previamos, a tentativa de reanimá-las, em que se empenhou o novo ministro sr. Carvalho Pinto, exigiu e está exigindo emissões provavelmente maiores do que aquelas que seriam necessárias se não tivesse sido tentada a violenta política contensiva.

EMISSÕES E DESENVOLVIMENTO
A falsa teoria de que as emissões são um elemento indispensável ao desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos está sendo frontalmente desmentida no Brasil desde o ano passado. Com efeito, em 1962, apesar da taxa de inflação ter ido além dos 60%, a taxa de crescimento da economia foi menor do que, por exemplo, em 1961, quando a taxa de inflação foi menor. O mesmo está ocorrendo este ano. De janeiro até o dia 17 de setembro, foram emitidos 150 bilhões de cruzeiros e é provável que até o fim do mês essa cifra se eleve para 170 bilhões. Isto significará um acréscimo de cerca de 33% sobre o meio circulante de 31 de dezembro de 1962. No mesmo período do ano passado, as emissões representaram um acréscimo relativo aproximadamente igual, isto é, de janeiro a setembro de 1962 o meio circulante cresceu de cerca de 32%, em comparação com o existente a 31 de dezembro de 1961.

Entretanto, os efeitos das emissões deste ano não são os mesmos. São mais graves. Isto se dá porque, agora, as emissões coincidem com uma queda da produção o que, em outras palavras, pode ser assim expresso: mais dinheiro em circulação e menos mercadorias à venda, o que é mais sério do que quando a um aumento do dinheiro em circulação corresponde um aumento das mercadorias à venda, mesmo pequeno.

Mas, se é certo que a in-

flação não é indispensável ao desenvolvimento econômico — senão na medida em que os privilégios existentes das classes dominantes são mantidos e até ampliados —, por outro lado, um freio brusco no processo inflacionário agrava ainda mais a situação.

SITUAÇÃO CAMBIAL

Em conexão estreita com o fenômeno interno está a difícil situação cambial. Somente de atrasados comerciais — desde agosto de 1962 o País está devendo perto de 200 milhões de dólares. Somados aos demais compromissos cambiais já vencidos ou a vencer este ano, até 31 de dezembro próximo teríamos que pagar em torno de 900 milhões de dólares. Para o próximo ano as dívidas previstas ascendem a mais de 400 milhões e em 1965 a perto de 400 milhões. No triênio, portanto, são quase 2 bilhões de dólares o que corresponde a cerca de 50% da nossa receita cambial no mesmo período, supondo uma certa melhoria nas exportações em decorrência de alguma recuperação nos preços do café. Somente da furosa dívida sobre o triênio a mais de 300 milhões de dólares!

É evidente, portanto, que a situação continua a mesma que no momento em que foi elaborado o Plano Trienal. E, portanto, se a missão San Thiago Dantas fracassou por causa das exigências então formuladas pelos norte-americanos, impossíveis de ser cumpridas, não há nenhum motivo que autorize supor que as coisas agora se passem de outro modo.

DECLARAÇÕES DE BELL

Se alguma dúvida ainda restasse a respeito, bastariam as recentes e insultuosas declarações do mesmo sr. David Bell para desfazer-se. Disse ele, esta semana, num programa de televisão em Washington, que a "ajuda" americana ao Brasil está condicionada à adoção de medidas destinadas "a conter a inflação" (entenda-se: à execução da desastrosa política que o sr. San Thiago tentou e não pôde executar). E acrescentou, com a brutalidade característica dos imperialistas: "Não tendo cumprido este compromisso, não temos fornecido a ajuda prometida" ("O Globo", 23-9-1963, edição final).

É, finalmente, este beco sem saída, a quem um matulino desta capital chamou de círculo vicioso (os Estados Unidos não "ajudam" porque o Brasil não contém a inflação; o Brasil não contém a inflação porque não recebe "ajuda" ame-

ricana), que levou o sr. Carvalho Pinto a vacilar sobre sua viagem a Washington para tomar parte na reunião dos governadores do Fundo Monetário Internacional, a inaugurar-se a 30 do corrente. Deve estar consciente o ministro da Fazenda, também em face da advertência do sr. David Bell de que o êxito de negociações que venha a conduzir nos Estados Unidos está na dependência de que, de retorno ao Brasil, ele siga uma política igual à que derrubou o seu antecessor.

Não é só isto. Agora, depois de tantos e penosos adiamentos de um negócio que parecia líquido e certo há um ano e meio — a compra das subsidiárias da Bond & Share — e depois que a consciência nacional impôs a confirmação do ato de cassação das concessões feitas à poderosa Hanna, é certo como dois e dois são quatro que os americanos formularão novas exigências. Apartar-se mais ainda as condições, independentemente do fato de que o sr. Carvalho Pinto esteja disposto a submeter-se pessoalmente à humilhação, deve ser levado em conta que o povo brasileiro oferecerá a mais tenaz resistência a qualquer barganha desse tipo.

Essa a razão por que vale a pena fazer mais e mais difícil o caminho da conciliação com o imperialismo americano.

SOLUÇÕES EXISTEM

Todavia, só mesmo quem se quiser cegar — ou, então, aqueles privilegiados que preferem dar os olhos a dar apenas os olhos — pode deixar de ver que soluções existem, e amplas. Pode haver maior miopia do que ser pessimista em relação às possibilidades de um País com a potencialidade do Brasil? Ainda há dias, numa conferência, o economista João Pinheiro Neto, superintendente da SUPRA, dava um exemplo: na Colônia Agrícola de Dourados, há em Mato Grosso, 5.400 (cinco mil e quatrocentas) famílias de lavradores, contando com uma assistência total do Governo que não ultrapassou os 70 (setenta) milhões de cruzeiros em 20 (vinte) anos, produziram no ano passado colheitas que somaram mais de 5 bilhões de cruzeiros. Enquanto isto, todo o Estado de Mato Grosso, com sua enorme população bovina, com todos os seus latifundiários e pecuaristas, não arrecadou sequer a quarta parte daquela quantidade.

A reforma agrária é absolutamente inadiável. Se já tivesse sido feita antes, bem melhor seria agora a situação.

Outro problema imediato: a disciplina do crédito ban-

cário. Não pode o Governo continuar redencionando títulos para os bancos privados a 1% ao mês, para que tal dinheiro seja reemprestado em seguida, pelos mesmos bancos a 4% e mais por mês. O resultado é o agravamento da inflação, a frequente substituição de cafés por luxuosas agências bancárias como se vê no Rio de Janeiro. É natural que os bancários — 64% dos quais percebem menos de 34.800 cruzeiros mensais — não aceitem esta situação, e lutem contra ela. Estão cobertos de razão. O crédito é um serviço público e como tal precisa ser conduzido.

A virtual renegação da famigerada Instrução 113 da SUMOC, através da recente Instrução 242 da SUMOC, que valeu ao sr. Carvalho Pinto violentos ataques dos Gudin, Glycon de Paiva, "O Estado de S. Paulo", etc., oferece determinadas vantagens à indústria nacional. Mas precisa ser imediatamente complementada pela regulamentação da lei de remessas de lucros. É urgentíssimo que o Governo passe a tratar os lucros obtidos pelo capital estrangeiro acima da taxa permitida de 10%, nos termos da mencionada lei, isto é, como capital que não dá direito a remessas. Do contrário, continuará o processo de compra das empresas nacionais por empresas estrangeiras, mesmo sem a 113, com os próprios cruzeiros gerados no Brasil.

Ao lado disso, a decretação do monopólio cambial e a repressão às fraudes são medidas que igualmente urge-

No plano, ainda, do comércio exterior, atenções redobradas devem ser voltadas para a rigorosa seleção das importações. No particular, não há medida mais urgente do que prover a Petrópolis dos equipamentos necessários à intensificação da produção de petróleo bruto. Conforme revelou recentemente o general Albino Silva, presidente da empresa, a produção de óleo está caindo, mas pode chegar a 200 mil barris por dia em dois anos. Eis aí precisamente o oposto do que sustentou o geólogo americano Walter Link. E estamos certos de que melhores resultados poderão ser ainda obtidos, passado mais algum tempo.

Al estão algumas medidas a serem tomadas em benefício da esmagadora maioria do povo e dos interesses do Brasil como nação. Ferirão, sem dúvida, privilégios. Importarão, portanto, em por de lado a política de conciliação com o imperialismo e o latifúndio. Mas, fora delas, a tendência é para o agravamento, para a inflação galopante — espécie de dilúvio onde se afogaram muitos dos que ora resistem em abrir mão dos seus privilégios.

Por que Espanto?

Há certas coisas que poderiam ser gozadas não fossem elas tão tristes. Uma moça de São Paulo ex-tuberculosa, pobre, precisou arranjir um emprego para viver. Ao ex-tuberculoso pobre tudo é negado, exceto um cargo público. E vai a moça com cartas de recomendação cair nas garras de políticos nojentos, de homens que só pensam e sentem sexo e depravação. Isso não é coisa sabida? Não é verdade que as mocinhas incautas são vítimas desprotegidas dos homens que têm poderio, seja econômico ou político? Adelaide Carraro resolveu contar tudo o que sofreu e publicou seu livro que é um tremendo depoimento dessa sociedade que aí está. Dis-ela que o que acontece no Brasil também acontece em qualquer parte do mundo; garante que isso jamais ocorre em países nos quais a mulher tem os mesmos direitos e as mesmas garantias que os homens. Por que então o sucesso do livro "O governador e eu"? Por que é imoral? Não o julgo assim. Claro que o ambiente de lama e podridão que ela apresenta não será moral mas é isso mesmo que ela quer demonstrar. É um depoimento brutal, terrível, uma fotografia em corpo inteiro da devastação, da corrupção existentes entre os chamados governantes.

Muitos têm sido, ultimamente, os livros que nada têm a ver com a literatura mas que trazem depoimentos, testemunham o que muita gente não sabe e devia saber. Outro dia foi um médico conservador sobre a tristeza e a miséria dos lepro-sários; agora essa moça paulista, além de tudo o que sofreu porque é moça e é bonita, conta-nos o imenso drama do tuberculoso pobre, o que são os hospitais onde muitos morrem e os que se curam preferem continuar doentes pois se lá dentro há fome, miséria, frio, falta de recursos, aqui fora tudo lhes é negado, mesmo que tragam na mão um atestado de sua cura.

O livro de Adelaide Carraro está provocando celeuma inclusive nos meios políticos, tão claramente são apresentados homens e instituições. Sem dúvida um mérito é o de mostrar um pouco da realidade brasileira, essa realidade que existe e que muita gente quer esquecer com uma peninha. Há certas coisas que poderiam ser engraçadas, como por exemplo virem caídas declarando que o livro é sujo e imoral, eles que bem sabem o que é sujeira e imoralidade, pois delas compartilham. Poderiam ser engraçadas não fossem elas tão tristes.

A "Paz Social" é a Guerra Aos Que Trabalham

Nos principais centros econômicos do País os trabalhadores estão se movimentando com energia em torno de suas reivindicações salariais. Em alguns casos, a intransigência patronal os tem obrigado ao recurso da greve, em apoio à sua legítima exigência de revisão de salários. Os metalúrgicos de Belo Horizonte, os bancários de todo o País, os motoristas e trabalhadores de bonde da Guanabara e outros setores profissionais, cada dia com maior intensidade, foram ou estão sendo ganhos para a necessidade de apelar para essa grande arma da classe operária — a greve — na luta pela defesa de seu nível de vida.

Alguns políticos profissionais do golpismo e certos jornais alagados à reação procuram apresentar a preparação e a eclosão desses movimentos grevistas como uma pretensa conspiração articulada contra o regime pelos trabalhadores. Segundo eles, o País aspira à calma, está esgotado pelas crises sucessivas, precisa de um tempo de "paz social" para evitar uma iminente queda no âmbito da desorganização e da insolvência, e os trabalhadores estariam, precisa e deliberadamente, procurando impedir a criação desse clima de "ordem e trabalho", uma vez que supostamente se deixariam dirigir por "agentes subversivos" e agitadores interessados em jogar o País no desastre.

SETEMBRO — MÉS DA GREVE

Esses reacionários "pacifistas" de O Globo, do Jornal do Brasil e das bancadas da direita do Congresso não hesitam em exigir aos berros do governo que aplique a força das armas e da repressão policial contra o CGT e os sindicatos operários para impor essa estranha "paz social". Nada é mais falso, entretanto, que a argumentação que levantam contra os trabalhadores.

É notório e tradicional, no Brasil, que o mês de setembro seja marcado como época de revisão dos contratos de trabalho. Nos últimos anos, particularmente, com o agudamento do processo inflacionário, a revisão dos salários nominais tornou-se de justiça tão evidente que todas as categorias profissionais passaram a exigí-la e arrancá-la periodicamente dos patrões. E setembro é o mês de preferência para o vencimento e revisão desses contratos.

O que ocorre no ano corrente, portanto, nada tem de insolito ou conspirativo, contra o que quer que seja. A única alteração em relação aos anos anteriores é o caráter mais grave assumido agora pela alta dos preços.

Desde setembro passado os preços das utilidades, que os trabalhadores em regra continuam comprando com os mesmos salários, elevaram-se em mais de 70%. Segundo os dados da Fundação Getúlio Vargas, registrados pela revista Conjuntura Econômica de agosto, de setembro de 62 a julho de 63 os preços subiram em 63,4%. Em média, estão subindo à razão de 5,5% ao mês.

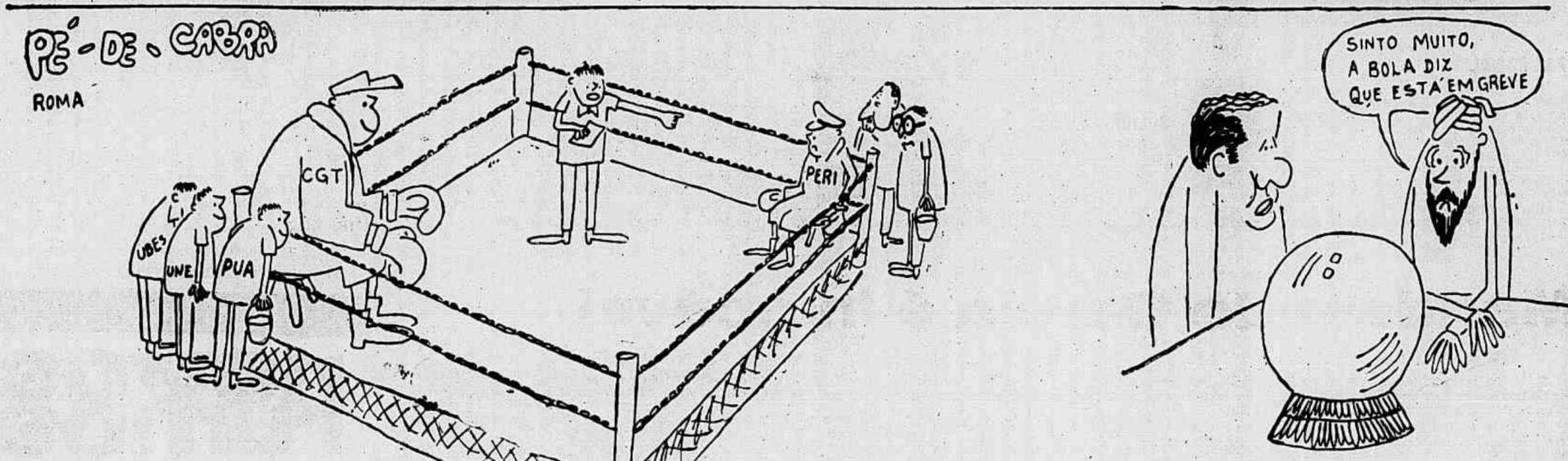
Isto representa que os salários dos trabalhadores, em relação a setembro passado, perderam mais de um terço de seu valor real. Se uma família de trabalhadores mandava três filhos à escola, agora só pode mandar dois. Se comia carne três vezes por semana, agora só pode fazê-lo duas vezes. Em tudo o que compra vê reduzir-se e degradar-se o seu nível de vida.

Até o fim do ano, a taxa de inflação deverá alcançar uma cifra anual recorde, próxima de 70%. A perspectiva, para os que vivem de salários, é de continuação e aceleração da perda de seu poder aquisitivo. A luta pelo reajustamento dos salários torna-se, então, além de justa e legítima, um imperativo de defesa contra a própria fome que, a essa altura, já invade os lares de milhares e milhares de trabalhadores.

E essa a verdade sobre o atual surto de greves operárias, de luta pela revisão dos salários. O governo, com seu "Plano Trienal" prometido reduzir o ritmo inflacionário no presente ano à taxa de 25%. Nenhuma me-

Os principais documentos sobre o momento problema: ● Os comunistas brasileiros e as divergências no movimento comunista mundial — Luiz Carlos Prestes ● Duas cartas do Comitê Central do Partido Comunista da China ● Três cartas do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. Preço: Cr\$ 300,00.

Atendemos pelo reembolso postal. Peça-nos listas de preços de nossos livros.





Trabalhadores e Sargentos

A LUTA É UMA SÓ

Elegibilidade é um Direito

A elegibilidade dos sargentos é um direito que não pode ser esbulhado por nenhuma iniqua decisão de tribunais. A Opinião pública de nosso País não pode, absolutamente, conformar-se em que esse direito democrático venha a ser agora plotado.

Trata-se de um direito reiteradamente reconhecido pelo Poder Judiciário. Nas últimas eleições, os tribunais onde se apresentaram candidaturas de sargentos as aceitaram, embora, em alguns casos, depois de serem impetrados recursos, como se deu no Rio Grande do Sul. Quanto à candidatura do sargento Garcia Filho, as declarações que acabam de ser feitas à imprensa pelo desembargador Homero Pinho não passam de grossa mistificação. O antigo presidente do TRE da Guanabara teve o deslize de afirmar que o sargento Garcia "foi registrado porque omitiu a sua condição de sargento". É o mesmo homem do antigo de Homero Pinho — totalmente desmoralizado no último pleito por seu incontrolável facciosismo lacerdista — seria capaz de fazer afirmações semelhantes, quando se sabe que nenhum candidato se registra sem apresentar sua carteira de identidade e, ainda mais, que o deputado Garcia Filho registrou no TRE diferentes nomes. Inclusive os de Sargento Garcia e Sargento Garcia Filho. Enfim, não pode surpreender o despudor de Homero Pinho, que ainda há pouco se via envolvido no escândalo dos que, burlando a lei, fizeram falsos registros de jornalistas no Ministério do Trabalho.

O fato é que os sargentos foram registrados, votados e vários deles eleitos. No caso do sargento Almoré Cavalheiro, vítima da iniqua decisão recentemente adotada pelo Supremo Tribunal Federal, o que houve, portanto, foi uma cassação de mandatos.

O reconhecimento das candidaturas e mandatos de sargentos já foi, além disso, objeto de decisões explícitas dos tribunais. Assim é que resolveu o Tribunal Superior Eleitoral, em 1959, como se pode comprovar com a leitura da Resolução n.º 5.936 e do Acórdão n.º 2.638.

A última decisão do Supremo teve, assim, um caráter fundamentalmente político: o caráter de uma provocação.

DISCRIMINAÇÃO

Nem se poderia admitir que fosse negado aos sargentos o direito de eleger-se. É um direito constitucional, perfeitamente assegurado aos graduados das Forças Armadas. Negar-se esse direito é ferir a legalidade constitucional e estabelecer uma odiosa e intolerável discriminação contra os sargentos. Se podem dedicar-se ao serviço da Pátria, nele empenhando a própria vida; se podem, nos quartéis, instruir a juventude no manejo das armas; se são capazes de transmitir aos jovens, ensinamentos cívicos — como admitir-se que não possam cumprir um mandato legislativo, se recebem do povo esse mandato?

A discriminação que os reacionários pretendem estabelecer é profundamente antidemocrática e violentamente contrária aos interesses populares. Como conceber-se que a um assaltante dos cofres públicos como o ex-governador Moisés Lupion se reconheça o direito de ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados, nela se acobertando contra a ação da própria Justiça, enquanto se nega esse direito a um homem honrado como o sargento Almoré, eleito pelos seus companheiros de farda e pelos trabalhadores para lutar pela emancipação nacional e pelas aspirações do povo a uma vida melhor e mais digna? Não é isso uma monstruosidade?

Não é igualmente uma monstruosidade que se permita a um pistoleiro décimo-primeiro suplente da bancada udenista na Assembleia da Paraíba assumir o mandato — depois de comprar a licença dos dez primeiros suplentes — apenas para proteger-se com as imunidades parlamentares do crime comprovado de ter mandado assassinar o camponês João Pedro Teixeira, enquanto se pretende expulsar da Câmara o sargento Garcia Filho pelo fato de ser um sargento, identificado com a causa do povo brasileiro?

Não é, enfim, uma monstruosidade que mais de 100 deputados da Câmara Federal, além de outros tantos nas Assembleias Estaduais, confessadamente eleitos com os dólares do IBAD — dólares providos de empresas estrangeiras e do Fundo do Trigo da embaixada norte-americana — continuam fletando em Brasília, fazendo negócios excusos e torpedeando as reformas de base, e se negue, enquanto isso, a sargentos eleitos com a ajuda dos parcos recursos de seus companheiros o direito de um mandato parlamentar?

EMENDA

A discriminação contra os sargentos não tem nenhum cabimento — nem legal, nem político — e não pode, por isso, ser tolerada. O respeito à elegibilidade dos sargentos é uma exigência da consciência democrática do País.

Essa exigência se manifesta não só no protesto contra a absurda decisão do STF, como no movimento que se avoluma no sentido de ser aprovada pelo Parlamento uma emenda à Constituição que, redigindo de modo mais explícito os dispositivos referentes ao assunto, impeça tergiversações como a que deu margem à recente e iniqua decisão do Supremo Tribunal Federal.

Há, como se sabe, diferentes proposições em torno dessa matéria. Por parte de certos círculos, do próprio Governo, manifesta-se uma tendência que visa a criar restrições ao exercício da elegibilidade, tais como a que transfere para a reserva os sargentos, ao ser concedido o registro como candidato. Não é possível que se pretenda agora, através de alterações do texto constitucional, impor condições menos democráticas do que as que existiam antes da última resolução do STF. Criar semelhantes restrições seria consagrar uma intolerável discriminação contra os sargentos e restringir um direito, que deve ser afirmado e confirmado em sua plenitude.

A causa da elegibilidade dos sargentos é uma causa de todo o povo brasileiro. É hoje um aspecto essencial da causa das liberdades democráticas em nosso País.

como à emenda à Constituição, que concede aos sargentos o direito de se candidatarem a postos eletivos. Nesse sentido, refere-se o deputado Adão Pereira Nunes, na justificativa de seu projeto de anistia, ao desejo do povo brasileiro de que "qualquer de seus filhos — preto, branco, amarelo, sargento, operário, intelectual ou funcionário — alcance os altos postos públicos, principalmente legislativos, para realizar com maior rapidez a tarefa de conduzir as instituições no caminho da justiça social".

LIBERTAÇÃO JÁ

Evidentemente, impõe-se que o Congresso aprecie e vote com toda urgência o projeto que concede anistia aos militares sublevados em Brasília. Nem mesmo a "imprensa sadia" — os jornais conservadores — tem escondido os maus tratos sofridos, na prisão, pelas centenas de prisioneiros feitos em Brasília e, depois, em diversos pontos do País. As condições em que têm vivido nos navios "Almirante Alexandrino" e "Raul Soares" os elementos da Marinha e da Aeronáutica presos dia 12 são as piores possíveis. O "Jornal do Brasil" de domingo conta que, nos porões onde foram jogados, eles convivem com ratos mortos, comem mal e são mantidos, na sua maioria, inacessíveis até mesmo aos seus advogados.

A consciência popular exige a imediata libertação dos militares detidos. Ao Governo cabe a tarefa de interpretar, neste caso, a vontade do povo, inclusive porque não pode esquecer que esses militares atualmente presos foram uma das parcelas mais expressivas do movimento popular que lhe garantiu o direito de ocupar o poder que ocupa, quando da intencional golpe de agosto de 1961.

ANISTIA: TRADIÇÃO

Lembrou o deputado Adão Pereira Nunes a tradição de anistia, observável no curso da história do Brasil: "A adoção do instituto, que remonta da Grécia antiga e igualmente bastante utilizado pelos romanos, é da tradição brasileira. Foram anistiados os Farrapos e, mais tarde, os participantes da Revolução Praieira. Os amotinados da Fortaleza de Lage e de Santa Cruz, em 92, obtiveram clemência da mesma forma".

Adverte o deputado fluminense ser vital, neste momento, não se deixar o povo concluir que o outro imperialista e ibadiano corrompeu de tal modo o Congresso, a ponto de serem derrotadas todas as iniciativas daqueles eleitos pelo legítimo voto popular à base de programas e propaganda progressistas".

SOLIDARIEDADE

O Comando Geral dos Trabalhadores, a União Nacional dos Estudantes, a Frente Parlamentar Nacionalista e outros órgãos e entidades representativas já manifestaram o seu apoio ao projeto de concessão de anistia a todos os envolvidos no levante do dia 12. E o Governo, através de sua liderança na Câmara, deputados Tancredo Neves e Bocaluva Cunha, não só se declarou favorável à anistia,

grante da Frente Parlamentar Nacionalista, por cujo programa veni se batendo da tribuna parlamentar e fora dela. O mandato de Garcia Filho está sob ameaça. A pressão reacionária, baseada-se na recente decisão do Supremo Tribunal Federal cassando o mandato do sargento-deputado Almoré Cavalheiro, pretende levar o Tribunal Superior Eleitoral a repelir aquela resolução, expulsando da Câmara Federal o sargento Garcia.

Esse ato não poderia ser admitido, em nenhuma hipótese, não só pelos sargentos, mas por todo o povo brasileiro. O esbulho, nesse caso, seria muitas vezes mais monstruoso

do que o verificado no caso do sargento Almoré, já que o deputado Garcia Filho se encontra no pleno exercício do seu mandato. A provocação, na hipótese de ser consumada, seria ainda mais revoltante e mais inconcebível.

As forças nacionalistas e democráticas estão em guarda para impedir que se perpetre o crime que seria a cassação do mandato de Garcia Filho. É necessário que se faça sentir cada vez mais vigorosamente, a sua advertência de que um novo esbulho contra a elegibilidade dos sargentos não pode ser tolerada pelo nosso povo.

COT: Mobilização Pelas Reivindicações e Contra o Golpe

O Comando Geral dos Trabalhadores lançou, dia 23, segunda-feira, importante manifesto sobre os últimos acontecimentos e sobre as posições que, em vista dos mesmos, deve adotar a classe operária. Publicamos abaixo a íntegra do documento:

"O COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES, depois de analisar os acontecimentos políticos dos últimos dias e as perspectivas de vitória do movimento nacionalista e democrático nos dias em que vivemos, chegou às seguintes conclusões:

1 — As lutas de todos os patriotas e nacionalistas, civis e militares, de todas as camadas sociais, na fase atual, devem prosseguir com entusiasmo redobrado em defesa e conquista das reivindicações e direitos do povo brasileiro, pela mais ampla mobilização de toda a Nação, pelas inadiáveis e imprescindíveis reformas de estrutura, que constituem a aspiração da maioria esmagadora do povo de nossa Pátria.

2 — As decisões de caráter político de alguns Tribunais contra os direitos do povo e, especialmente, contra as reivindicações econômicas dos trabalhadores e os setores mais progressistas e combativos da Nação, constituem parte integrante e inseparável da desesperada resistência das forças reacionárias e antinacionais amparadas por membros e órgãos do Poder Judiciário, assim como do Legislativo e do Executivo. Opõem-se, tenazmente, ao progresso, à solução dos urgentíssimos problemas do povo e se obstinam em manter os privilégios das minorias, num comportamento que é um desafio a toda a Nação, porque mantém uma situação odiosa que empobrece, cada vez mais, os trabalhadores e enriquece, mais ainda, os latifundiários e os agentes dos grupos antinacionais, que há séculos vêm explorando o povo brasileiro. Algumas decisões dos três poderes da República vêm servindo de anteparo à defesa dos privilégios dos setores mais reacionários e conservadores das classes que dominam a economia do País e se afinam, inteiramente, com os reiterados pronunciamentos dos governadores dos Estados de São Paulo e Guanabara. Essas decisões criam, igualmente, enorme e justificado descontentamento popular, enfraquecem a confiança no governo federal e promovem condições e clima para a implantação de uma ditadura reacionária contra os trabalhadores e o povo brasileiro.

3 — A unidade dos patriotas democratas e nacionalistas, representada pela união dos trabalhadores e camponeses, dos estudantes, dos deputados nacionalistas e dos setores mais autênticos das nossas Forças Armadas, que tantas e tantas vezes têm demonstrado o seu amor à democracia e às mais legítimas aspirações populares, abre o caminho definitivo para o progresso pacífico e estabelece as condições de bem-estar e felicidade da nossa Pátria. Essa luta tem que ser de toda a Nação e não, isoladamente, contra os que ainda não se aperceberam de que a espolição continuada do povo, em grande parte vinculada aos interesses imperialistas, trará o aumento das dificuldades em que nos debatemos, porque as medidas reclamadas pelos trabalhadores vêm encontrando a mais dura, a mais violenta e a mais decliniva oposição dos setores reacionários do nosso País. Queremos todos nós, patriotas democratas e nacionalistas, um clima de tranquilidade, de ordem democrática, mas não cedemos às nossas posições progressistas em favor dos que pretendem esmagar as liberdades e as verdadeiras aspirações populares.

4 — A criação e a manutenção de um clima de rebelião, de intranquilidade, cabe exclusivamente à intranquilidade das classes privilegiadas e seus representantes nos três poderes da República, que tendo todas as condições indispensáveis para promoverem as reformas, sabotam, impedem, retardam e não realizam as inadiáveis modificações da estrutura que o povo e a Nação reclamam há longos anos.

Não podemos permanecer impassíveis diante dessa situação, que se agrava dia a dia. Não podemos mais nos conformar com a repetição de que serão realizadas as reformas...

5 — Precisamos enfrentar, resolutamente, essas questões. O Presidente da República com o apoio decisivo do povo, deve iniciar a sua efetivação, imediatamente.

Nós, unidos na frente única das forças democráticas e nacionalistas, declaramos que para a manutenção de tranquilidade, da ordem e do progresso econômico e social do País, teremos de realizar, imediatamente, um programa de UNIDADE E AÇÃO, com os seguintes e irremovíveis pontos:

1 — Defesa das liberdades democráticas; contra qualquer tentativa de implantação do estado de sítio; direito de voto aos soldados, marinheiros, cabos e analfabetos. Pela elegibilidade de todos os eleitores, sem quaisquer discriminações.

2 — Apoio decidido à aprovação imediata da emenda que garante o direito de serem eleitos os sargentos e os cabos das Forças Armadas e Auxiliares. Anistia ampla e irrestrita, beneficiando a soldados, marinheiros, cabos, sargentos e demais prisioneiros por crimes políticos.

3 — Reforma agrária com a efetiva distribuição da terra dos latifundiários aos camponeses, através da ação imediata do Poder Executivo; apoio decidido à campanha dos camponeses, na sua luta pela posse da terra e pela reforma agrária; modificação da Constituição Federal, no problema da distribuição da terra, pelos reflexos benéficos que trará a toda a população do País, com o aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores rurais e o consequente incremento da produção industrial e das atividades comerciais, redundando, assim, na maior produtividade da Nação.

4 — Regulamentação imediata da Lei de Restrição de Lucros das Empresas Estrangeiras e nacionalização, pelo custo histórico, das concessionárias de serviços públicos, moinhos, frigoríficos e da indústria farmacêutica, estrangeiros; criação da Aerobrás; intervenção no mercado dos gêneros alimentícios.

5 — Ampliação do monopólio estatal do petróleo, com a encampação das refinarias particulares e entrega à Petrobrás da distribuição de todos os seus produtos.

6 — Rigorosa seletividade do crédito, para que o dinheiro do povo seja aplicado, exclusivamente, em benefício do povo, e monopólio estatal do câmbio.

7 — Realização de uma reforma bancária progressista, tributária, urbana, monetária, universitária, eleitoral e administrativa.

Para a concretização desse programa mínimo de ação é necessário que o Congresso Nacional, que tantas vezes já modificou a Constituição, tendo mesmo, para atender a crises políticas, em 48 horas, alterado o regime, vote leis que traduzam essas aspirações populares, pois tem ele condições de fazer, imediatamente, e delegue poderes ao Executivo para a realização das reformas bancária, tributária, urbana, monetária, eleitoral, universitária e administrativa, tendo em vista os elevados interesses do País.

Aos membros do Congresso Nacional, nesta oportunidade, lançamos veementemente apelo para que atendam às reivindicações contidas neste Manifesto — as mais sentidas pelo povo brasileiro — para superar a atual crise política, que só serve aos inimigos da Pátria, aos grupos econômicos estrangeiros e aos aliados nacionais, que a espolição, em detrimento da tranquilidade e do progresso desta Nação, com o aviltamento dos salários e a elevação do custo de vida.

Concluímos os trabalhadores de todo o País que se mantenham em estado de vigilância e alerta, em suas organizações sindicais. Unidos e mobilizados para lutar, pelos pontos do programa mínimo de ação e atentos às palavras de ordem do Comando Geral dos Trabalhadores. Os Comandos Estaduais deverão reunir-se, escolhendo seus representantes, que participarão do Encontro Nacional que se realizará, dentro em poucos dias, em Brasília.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1963
O COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES"

Liberdade e Anistia já

Lembrando outras anistias, "como a que prontamente foi concedida aos sediciosos de Jacareacanga e pleiteada a esta Casa pelo líder do Governo, cuja deposição os anistia-desejavam e continuaram desejando a ponto de reeditarem os acontecimentos em Aragarças", o deputado Adão Pereira Nunes apresentou à Câmara Federal um projeto de anistia aos militares e civis participantes do levante ocorrido dia 12 passado, em Brasília.

Propõe o projeto, também, a extensão da anistia "a todos quantos, a partir de 3 de outubro de 1962 até a presente data, participaram de movimentos reivindicatórios, já tenham sido ou estejam passíveis de quaisquer sanções legais". Visando — segundo declara na justificativa de seu projeto — a restabelecer a tranquilidade dentro das Forças Armadas; o deputado Adão Pereira Nunes preconiza, ainda, que a anistia abrangia "todos aqueles que, em consequência dos acontecimentos de Brasília, em qualquer lugar do Brasil, tenham sofrido ou possam vir a sofrer sanções disciplinares ou legais".

PAZ SOCIAL

Na longa justificativa de seu projeto, o deputado Adão Pereira Nunes afirma não ser possível — "nem tenhamos ilusões a este respeito — que qualquer tipo de paz social possa prevalecer no território brasileiro sem que, rapidamente, reestruturamos a nossa sociedade, cheia de privilégios e arcabújos".

"Dezenas de milhares de soldados e sargentos aspiram ao direito democrático de participação na vida política da Pátria, que eles sempre defenderam com honra e valentia" — afirma o deputado Adão Pereira Nunes. "Há muitos anos uma emenda constitucional permanece engavetada no Con-

Mandato de Garcia é Intocável

Está para ser julgado pelo Tribunal Superior Eleitoral um recurso contra a eleição do sargento Garcia Filho, deputado federal da Guanabara eleito na legenda do PTB.

Garcia foi o candidato dos sargentos, suboficiais e, em geral, os militares nacionalistas caríacos no último pleito. Sua campanha foi feita especialmente por seus companheiros; sargentos das três armas, que para isso constituíram comissões, angariaram recursos, fizeram a propaganda e, afinal, asseguraram a vitória de seu companheiro. Hoje, na Câmara Federal, Garcia é um intérprete das reivindicações dos graduados brasileiros, bem como um combativo inte-

NOVOS RUMOS

Declaração

do Governo

Soviético

**(Resposta à
Declaração
do Governo
Chinês de 1º
de Setembro
de 1963)**

SUPLEMENTO ESPECIAL — 27/9 a 3/10/63

**NOVOS
RUMOS**

NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE



ASSINANDO

Dean Rusk pelos Estados Unidos, Andrei Gromiko pela União Soviética, e Lord Home pela Grã-Bretanha assinam em Moscou o acordo de proscrição das provas nucleares. Depois, dezenas de países também firmaram o documento, atendendo assim ao clamor de paz de toda a humanidade.

MOSCOU — A imprensa soviética publicou declarações do governo da URSS em resposta à declaração do governo chinês de 1.º de setembro do ano em curso. O documento chinês falsifica a política pacífica da União Soviética, prega novamente critérios aventureiros sobre as principais questões da guerra e da paz, faz novas tentativas para dividir e assustar o movimento comunista e operário internacional. A declaração do governo da URSS analisa serena e minuciosamente, sem o escândalo nem as injúrias próprios dos dirigentes chineses, erros ideológicos e políticos dos dirigentes chineses e rechaça vigorosamente as caluniosas arremetidas dos propagandistas de Pequim.

Fracasso da campanha contra o Tratado de Moscou

O governo chinês afirma que o tratado de proibição das provas nucleares na atmosfera, no cosmo e submarinas é "orgânico", "traição" aos interesses dos países socialistas e dos povos do mundo inteiro.

A Declaração do governo soviético sublinha que não pode haver coisa mais absurda do que semelhantes divagações. O tratado de proibição das provas nucleares foi apelado amplamente em todo o mundo, precisamente porque responde aos interé-

ses de todos os povos amantes da paz, constitui o primeiro êxito real, ainda que limitado, da luta prolongada dos povos do mundo inteiro contra o perigo de guerra nuclear.

Os povos do mundo vêem como significado prático do tratado, o fato de que, depois da sua assinatura, cessa o perigo de contaminação do ar com substâncias radioativas perigosas para a saúde das pessoas, não só da geração atual como também das futuras. Os cientistas calcularam que cada nova série de explosões na atmosfera ameaça a saúde e a vida de centenas de milhares de pessoas. Pode-se dizer com toda a certeza que se o tratado não tivesse sido firmado, as provas nucleares seriam reiniciadas este ano ou num futuro muito próximo.

São absolutamente inconsistentes as tentativas dos dirigentes chineses de apresentar as coisas como se a conclusão do tratado levasse ao enfraquecimento da capacidade defensiva do campo socialista. Nenhum dos Estados signatários do documento sofreu de vantagens militares unilaterais.

A Declaração do governo soviético afirma que mais de noventa Estados já assinaram o Tratado. Aderiu ao tratado a maioria esmagadora dos Estados da Ásia, África e América Latina que conquistaram a libertação nacional. Em suas desesperadas tentativas de desacreditar de qualquer maneira o tratado, os dirigentes chineses se apegaram ao fato de que a Espanha franquista e a Alemanha ocidental também aderiram a ele. Mas, por acaso a causa da paz

sofreu com isto? A verdade é que nem sequer estes governos, apesar de toda a sua hostilidade à causa da paz, se atreveram a eludir a assinatura do Tratado. Isto demonstra a enorme força de atração que ele tem para as massas populares.

A Declaração do governo soviético recorda que a Conferência Internacional dos partidos comunistas e operários realizada em Moscou em 1960 manifestou-se unânime a favor da proibição das experiências com as armas nucleares. Ao pé das resoluções da Conferência figura a assinatura de uma delegação do Partido Comunista da China. Agora, em troca, uma vez assinado o Tratado, os dirigentes chineses, dando uma guinada de 180 graus, falam de "engano", "traição" e "complot de imperialistas". Cabe a pergunta: onde está a lógica? Por acaso não está claro que se trata da renúncia dos dirigentes chineses às decisões adotadas pelos partidos irmãos, seu afastamento total das posições e obrigações decididas em comum?

O imperialismo, diz a Declaração, mantém seu domínio apoiando-se nas armas. Lograr o desarmamento significa golpear as forças imperialistas. Os dirigentes chineses aparentam não compreender isto. Apresentam intencionalmente a luta pelo desarmamento como pacifismo, tirando-lhe desta maneira seu conteúdo de classe. Passam por alto o fato de que na solução do problema do desarmamento estão interessadas principalmente as amplas massas trabalhadoras.

O documento soviético qualifica os pontos de vista dos dirigentes chi-

neses como revelação de desconfiança nas forças do socialismo mundial, na classe operária e no movimento de libertação nacional. Revelam temor diante das dificuldades da luta.

A questão sobre se haverá guerra ou não, se se conquistará ou não o desarmamento, depende cada vez mais dos próprios povos e das forças amantes da paz no mundo inteiro, da atividade e da envergadura de sua luta, e não dos imperialistas. É verdade elementar que, enquanto existir, o imperialismo conservará sua natureza agressiva e contraditória, estará prenhe de guerra. Baseando-se nisso, os dirigentes chineses afirmam que a guerra é inevitável. Os comunistas não podem aceitar esta posição fatalista, sublinha o governo soviético. "Compreendemos que a luta contra uma nova guerra mundial e pelo desarmamento não é tarefa fácil. Mas, vemos claramente as possibilidades para resolver este problema histórico. Fizemos e fazemos tudo que for indispensável para mobilizar os povos na luta contra a corrida armamentista, para conjurar uma nova guerra mundial.

A declaração do governo soviético menciona "o programa de proibição total e destruição das armas nucleares e de todos os veículos portadores" proclamado pelo governo da República Popular da China em 31 de julho de 1963. Programa composto na realidade de proposições soviéticas feitas anteriormente, e que constitui uma manobra destinada a fazer fracassar o tratado de proibição das provas nucleares. A manobra fracassou inteiramente. Na declaração do

governo da República Popular da China de 1 de setembro, só resta e apóla a proibição do emprego da arma nuclear.

Como se vê, os dirigentes chineses não têm de fato nenhum programa de desarmamento, não lutam nem querem lutar por este grande objetivo e falam às vezes de desarmamento, somente para encobrir seus verdadeiros planos.

O sonho louco da arma atômica

Que planos são esses? A declaração chinesa repete novamente a afirmação de que o tratado de Moscou consolida "o monopólio" das três potências sobre a arma atômica e de hidrogênio e destina-se "a manter os países socialistas", excluindo a União Soviética e todos os países amantes da paz.

O governo soviético assinala em sua declaração o caráter provocativo da formulação chinesa, que coloca um Estado socialista — a União Soviética — no mesmo plano dos Estados imperialistas. Os povos dos países do campo socialista e todos os povos do mundo sabem bem a quem servem as armas nucleares de que dispõe a União Soviética, e a quem serve o arsenal nuclear dos imperialistas.

Os dirigentes chineses tiveram que valer-se de reflexões acerca do "monopólio" para fundamentar seu direito de possuir a arma nuclear. Mas, em vão procuram os autores da declaração falar em nome dos países socialistas e de todos os países amantes da paz: nenhum, como se sabe, manifestou seu propósito de obter a arma nuclear. Pelo contrário, os governos dos Estados socialistas declararam mais de uma vez que não estavam dispostos a criar sua própria arma nuclear, seguros de que o estudo de foguetes nucleares de que dispõe a União Soviética constitui um meio sólido de sua defesa.

Os líderes da República Popular da China, diz a declaração do governo soviético, não estão em condições de demonstrar que sua aspiração de obter, a qualquer preço, a bomba atômica é indispensável para os interesses da defesa da China e de todo o campo socialista. Mao Tse-tung reconheceu em 1958 que a China "não tinha por que organizar a produção de semelhante arma, principalmente porque era muito cara". Que modificações se verificaram desde então? Por acaso a potência dos foguetes nucleares da União Soviética enfraqueceu depois disso? Se algo se modificou foi a política do governo da República Popular da China, sua atitude em relação à União Soviética e todo o campo socialista.

Os autores da declaração chinesa insinuam que a União Soviética teria podido, se quisesse, entregar com uma mão a arma nuclear à China e com a outra lutar para que os Estados Unidos não pudessem entregá-la à Alemanha ocidental. Mas, como se diz — assinala o documento soviético — tal receita cheira mal. Se a União Soviética passasse a fornecer bombas atômicas a seus aliados, os círculos agressivos dos Estados Unidos e outros países imperialistas aproveitariam imediatamente para intensificar a corrida armamentista e arrastar novos países à mesma. Tal desenvolvimento dos acontecimentos seria muito perigoso para a causa da paz.

Procurando fundamentar sua atitude em relação à arma nuclear, os dirigentes chineses chegaram a dizer que a União Soviética deixou de ser, desde há algum tempo, aliado seguro, pelo que a China, segundo eles, deveria criar sua própria arma nu-

clear. Para confirmar esta versão absurda, culpa-se a União Soviética de ter reconhecido a existência de "duas Chinas", já que os representantes de Chiang Kai-shek haviam assinado o tratado de proibição das provas com armas nucleares.

Em relação a isso, afirma a declaração soviética: é de provocar admiração que os dirigentes chineses não tenham compreendido que a camarilha de Chiang Kai-shek assinou o tratado precisamente para aproveitar os erros políticos do governo da República Popular da China e sua atitude irresponsável em relação ao tratado, e criar deste modo a impressão de que, diferentemente da República Popular da China, são partidários do alívio da tensão internacional. Foi assim que o próprio governo da República Popular da China concedeu à camarilha de Chiang Kai-shek a possibilidade para especulações políticas.

No que se refere à atitude da URSS em relação a esta camarilha, é bem conhecida. Não reconhecemos nem reconhecemos a assinatura do representante de Chiang Kai-shek em nenhum documento internacional. Mais ainda, no curso das negociações sobre a assinatura do tratado, o governo da URSS advertiu o governo dos Estados Unidos de que não reconheceria a assinatura da camarilha de Chiang Kai-shek e que a única assinatura legítima da China só pode ser a do representante da República Popular da China. É de lamentar que precisamente esta assinatura esteja faltando.

A declaração do governo soviético menciona fatos e documentos históricos que provam que a URSS nunca aceitou nem aceitará a separação de Taiwan da China. Entretanto, em seu documento de 1 de setembro, o governo da República Popular da China procura denegrir o papel da União Soviética em defesa da República Popular da China durante a situação perigosa que se criou no estreito de Taiwan em 1958. Naqueles dias alarmantes, os dirigentes chineses agradeciam calorosamente à URSS o seu eficaz apoio. Hoje, em troca, sofrem daquelas medidas. Em sua declaração de 1 de setembro os dirigentes chineses dizem clinicamente: "pois bem, protejam-nos dirigentes soviéticos com sua arma nuclear, não obstante nós critica-los-emos". Em relação a isto, a declaração do governo soviético refere-se a um velho ditado russo: "não digas desta água não beber!".

Do nosso ponto de vista, assinala o documento soviético, a própria idéia da necessidade de obter a arma nuclear, por parte de dirigentes de um país cuja segurança está garantida por toda a potência do campo socialista, só pode surgir no caso de que se planejem alguns objetivos e interesses especiais que o campo socialista não pode apoiar com sua força militar. Mas, semelhantes objetivos e interesses só podem ser formulados pelos que abdicam do internacionalismo proletário e se afastam das posições socialistas em política externa, desprezando os princípios leninistas da coexistência pacífica.

Apostar na guerra nuclear?

A opinião pública mundial acusou com razão os dirigentes chineses de levar sua política externa a um aguçamento da situação internacional e de empurrar o mundo na direção da guerra nuclear. Na declaração de 1 de setembro, o governo chinês procura passar por partidário da coexistência pacífica. Mas, justificando-se e refutando, os autores da declaração chinesa se comprometem mais ainda e provocam novas

dévidas a respeito da verdadeira atitude dos dirigentes da China em relação ao problema da guerra e da paz.

Os autores da declaração chinesa recorrem a novas divagações monstruosas a respeito da quantidade de pessoas que morreriam sob o fogo da guerra nuclear: toda a humanidade ou "sobretudo" metade. Prossequindo em suas afirmações de que perecerá somente "metade", os dirigentes chineses fazem novamente prognósticos "otimistas" acerca do "futuro luminoso da humanidade" depois da catástrofe termonuclear.

Consideramos absolutamente inadmissível para os comunistas, sublinha a declaração do governo soviético, discutir a partir de posições como a que se propõe a conduzir a política na dependência da quantidade de pessoas que pereceria numa catástrofe nuclear: metade ou toda a humanidade. Para nós, marxistas-leninistas, os destinos de todos os povos são caros. Damos-nos perfeita conta de que é a arma nuclear moderna, por isso consideramos absurdos e irresponsáveis os prognósticos acerca da quantidade de vítimas numa futura guerra, a que se dedicam os dirigentes chineses em lugar de concentrar seus esforços na luta para conjurar uma nova guerra mundial.

Pensaram por acaso em Pequim, pergunta o governo soviético, a quem toca queimar-se no fogo de uma guerra termonuclear? Imperialistas ou monopolistas? Lamentavelmente, não só eles: desencadearão a guerra, enquanto perecerão nela grandes massas trabalhadoras: operários, camponeses, intelectuais. Nenhum partido marxista, com responsabilidade perante seu povo aceitará jamais os postulados chineses como base de sua política.

Os dirigentes chineses nunca falam nem falaria de outra perspectiva de vitória dos países socialistas sobre o capitalismo que não fosse vitória militar. Propaga-se sistematicamente nos documentos do PCC a idéia de que "a emulação econômica pacífica não é meio real de luta contra o imperialismo", que a "coexistência pacífica não pode ser reconhecida como política geral dos países socialistas". Por outro lado — as manifestações correspondentes são citadas na declaração do governo soviético — os dirigentes chineses consideram um bem a tensão internacional e a "guerra fria".

Depois de tudo isso é difícil aos dirigentes chineses, diz a declaração do governo soviético, se apresentarem como partidários da paz.

O conflito com a Índia não é casual.

Já ao surgir o conflito sino-indiano em 1958, os dirigentes soviéticos declararam francamente ao governo da República Popular da China que o aguçamento do litígio por causa de territórios fronteiriços no Himalaia, e sua transformação num grande conflito armado, era indesejável e cheio de consequências negativas não só para as relações sino-indianas, mas também para toda a situação internacional. Os dirigentes chineses não levaram em consideração os conselhos fraternais, tomando-os como um grave ultraje.

As ações de dirigentes chineses que sobrepõem a política de neutralismo, afirma a declaração, ajudam, na realidade, as potências imperialistas a reforçarem sua influência em países emancipados, principalmente na Índia.

O governo soviético desmascara a especulação de propagandistas chineses na questão da ajuda da URSS à Índia. Na realidade, a ajuda da URSS aos povos de países emancipados está compenetrada de solicitude para reforçar suas posições econômicas e políticas na luta contra

e imperialismo, por sua independência.

O lado chinês admite, nos últimos anos, nas fronteiras com Estados vizinhos, o desenvolvimento de ações que dão margem a que se considere que o governo da República Popular da China se afasta cada vez mais das posições leninistas, segundo as quais, caso se desaje, quaisquer litígios fronteiriços se podem solucionar por via pacífica. Desde 1958, também a fronteira sino-soviética começou a ser sistematicamente violada. Só em 1962 registraram-se mais de cinco mil violações. Flutuaram-se inclusive tentativas de "ocupar" espontaneamente diferentes setores do território soviético, em particular algumas ilhas nos rios Amur e Ussuri. Ao mesmo tempo, o governo chinês não aceita consultas que poderiam tornar precisa a linha fronteiriça e eliminar a possibilidade de qualquer espécie de desentendimentos.

Na declaração do governo da República Popular da China de 1.º de setembro, tergiversa-se novamente sobre o quadro criado ano passado na zona do Caribe. Sem sequer corar, os autores desse documento afirmam ao mesmo tempo que a colocação de foguetes soviéticos em Cuba foi "aventurismo" e que sua evacuação foi "capitulação".

Na Declaração do governo da URSS é citada mais uma vez a aprecação feita por Fidel Castro do papel da União Soviética na garantia da inviolabilidade de Cuba revolucionária. Em compensação, se fossem seguidos os "conselhos" instigadores procedentes de Pequim no período da crise do Caribe, com toda certeza o mundo teria sido arrastado à voragem da guerra termonuclear. Os dirigentes chineses tentaram então, de fato, transformar Cuba em centro onde se praticaria pela primeira vez o conceito formulado em Pequim para pequenos povos: sacrificar-se "em benefício do futuro esplêndido da humanidade".

A política do governo soviético, orientada no sentido de solucionar pacificamente a crise na zona do Caribe e defender o trabalho pacífico do povo cubano, foi aprovada ardente e unanimemente por todo o povo soviético e pelos amantes da paz de todo o globo terrestre. Só pela extrema exasperação dos dirigentes chineses se pode explicar que tratem também agora de especular com dificuldades que existiam ao resolver-se a crise no Caribe, fazendo circular outra vez uma versão provocadora sobre a política da URSS naquele período.

Existe proibição da revolução?

Já não é a primeira vez que os dirigentes chineses declaram que a luta pelo alívio da tensão internacional e pela coexistência pacífica de Estados com diferentes regimes sociais choca-se com as tarefas da revolução mundial e do movimento nacional libertador. Também em seu último documento, os dirigentes chineses afirmam que a luta da União Soviética pela paz e a coexistência pacífica não é outra coisa senão "a proibição da revolução", abandono dos interesses da luta libertadora dos povos.

A declaração do governo soviético mostra os danos desses critérios e ações dos dirigentes chineses ao empurrar a posição soviética nessa questão.

A paz é condição primordial, diz a declaração, para consolidar e ampliar as posições do socialismo na arena mundial. O socialismo não tem necessidade de guerras. Em condições de paz, o sistema socialista tem o máximo de possibilidades favoráveis para demonstrar suas vantagens

frente ao capitalismo, lograr êxito no desenvolvimento da economia, desenvolver a democracia, elevar o bem-estar e a cultura do povo. Nisto consiste, como ensinava Lênin, a principal influência revolucionária dos países socialistas sobre outros povos.

O ambiente de coexistência pacífica repercute favoravelmente também no auge da luta econômica e política das massas trabalhadoras dos países capitalistas. Se em 1958, participaram de greves 13 800 000 pessoas, em 1961, este número foi de mais de 60 milhões de participantes.

A vida mostra que a política de paz e consolidação da coexistência pacífica, longe de frear, contribui para o ascenso do movimento nacional libertador. É fato, assinala a declaração do governo soviético, que em condições de coexistência pacífica, de Estados com diferentes regimes sociais, os povos de mais de cinquenta países conquistaram sua independência nacional. Em condições de paz, obtêm possibilidades favoráveis para consolidar sua independência política e alcançar autonomia econômica. As forças democrático-nacionalistas têm possibilidades de levar a cabo transformações sociais em benefício das amplas massas populares. Os países emancipados do jugo colonial convertem-se em fator político cada vez mais sério na arena internacional.

A paz é uma fiel aliada do socialismo, declara o governo soviético, do movimento operário internacional e dos povos que lutam pela libertação nacional. O tempo trabalha em favor do socialismo e do progresso e contra o imperialismo.

Se triunfasse o ponto de vista dos dirigentes chineses, e os comunistas, em lugar de lutar pela paz seguissem o caminho do agravamento da tensão internacional e defendessem a inevitabilidade fatal da guerra mundial, a humanidade teria sido arrastada ao abismo da guerra termonuclear. Os dirigentes chineses enganam-se em vão a si mesmos e a outros, ao pensar que isto aproximaria o triunfo da revolução mundial.

Se os comunistas, seguindo o rumo dos dirigentes chineses, baixassem a bandeira da paz e contribuíssem para o desencadeamento da

guerra, por acaso as massas populares confiariam seu destino a tão deploráveis comunistas?

Não; os povos jamais perdoariam aos que de uma ou outra forma empurrassem a humanidade para a guerra termonuclear, sejam quais fossem as frases revolucionárias com que se encobrissem.

Não é difícil ver, assinala a declaração do governo soviético, que o rumo dos dirigentes chineses está orientado contra os interesses radicais das massas populares de todos os países. Significa de fato uma traição ao socialismo mundial, ao movimento operário e nacional-libertador, à causa da revolução mundial.

A declaração do governo soviético recorda as teses leninistas de que a revolução é assunto interno dos trabalhadores de cada país e não pode importar-se do exterior. Ao tomar o rumo de forçar a revolução e partindo irresponsavelmente de que as revoluções são possíveis sempre, em todas as partes e em quaisquer condições, os dirigentes chineses violam esses princípios.

Com referência à questão das formas pacíficas ou não pacíficas de luta nacional libertadora e de luta pelo socialismo, também nisto a posição do PCUS e dos partidos irmãos está completamente clara e responde integralmente aos interesses dos povos. Nós, diz o documento soviético, partimos de que existem diferentes formas de luta e de que as forças revolucionárias devem dominá-las — tanto as pacíficas como as não pacíficas —, aplicando-as hábilmente de acordo com a situação concreta existente.

A teoria chinesa de "guerra revolucionária", a fim de forçar o processo revolucionário, diz a declaração, não é, sem dúvida, nova, tendo sido extraída do vetusto arquivo trotsquista. Essa teoria pseudo-revolucionária foi feita em pedaços e rechaçada por Lênin.

Os teóricos chineses que repetem a lamentável calúnia anti-soviética a respeito da "proibição" da revolução não podem desconhecer, sem dúvida, que as revoluções não se fazem a pedido de Moscou ou Pequim, e quando amadurecem não podem ser detidas por "proibição" de ninguém.

A declaração do governo soviético refuta e desmascara as afirmações caluniosas de dirigentes de Pequim, a respeito de pontos de vista da União Soviética sobre os problemas do movimento nacional libertador dos povos da Ásia, da África e da América Latina.

Os povos em luta, diz o documento soviético, sabem bem que a União Soviética interveio e intervirá sempre contra o colonialismo, apoiou e apoiará a luta sagrada de povos oprimidos. "A posição da União Soviética, declarou Kruschiov, é clara e concisa: nem na Ásia, nem na África, nem na América Latina, em nenhuma parte do mundo, deve haver um só povo agrilhoado com as correntes coloniais, e todos devem ser livres".

A União Soviética apóia os jovens países emancipados, não só com palavras, mas também de fato, ajudando-os a defender seus interesses nacionais. Por que os dirigentes chineses silenciam totalmente sobre este aspecto da questão? Têm em vista o objetivo de abrir brechas nas relações de amizade e colaboração da URSS e outros países socialistas com o movimento nacional libertador. Tratam de conseguir em benefício de seus objetivos vanguardistas especiais a que se deve todo seu atual rumo político. Os fatos provam, diz a declaração, que os dirigentes chineses não colocam em primeiro lugar, absolutamente, os interesses dos povos que lutam pelo socialismo e a independência nacional, mas sim seus próprios objetivos de grande potência.

A responsabilidade recai sobre os dirigentes chineses

Infelizmente, assinala o capítulo final da Declaração, todos os nossos apelos dirigidos aos companheiros chineses para eliminar as discrepâncias a fim de basear as relações no que nos une não foram ouvidos. Nenhum dos nossos passos nesse sentido foi apoiado. Os dirigentes da República Popular Chinesa avançam incessantemente pelo caminho da cisão. Transferem cada vez em maior

grau para as relações interestatais as discrepâncias surgidas entre a direção do Partido Comunista da China, de um lado, e o PCUS e o movimento comunista mundial, de outro. O governo chinês recorreu a atos abertamente hostis em relação à União Soviética.

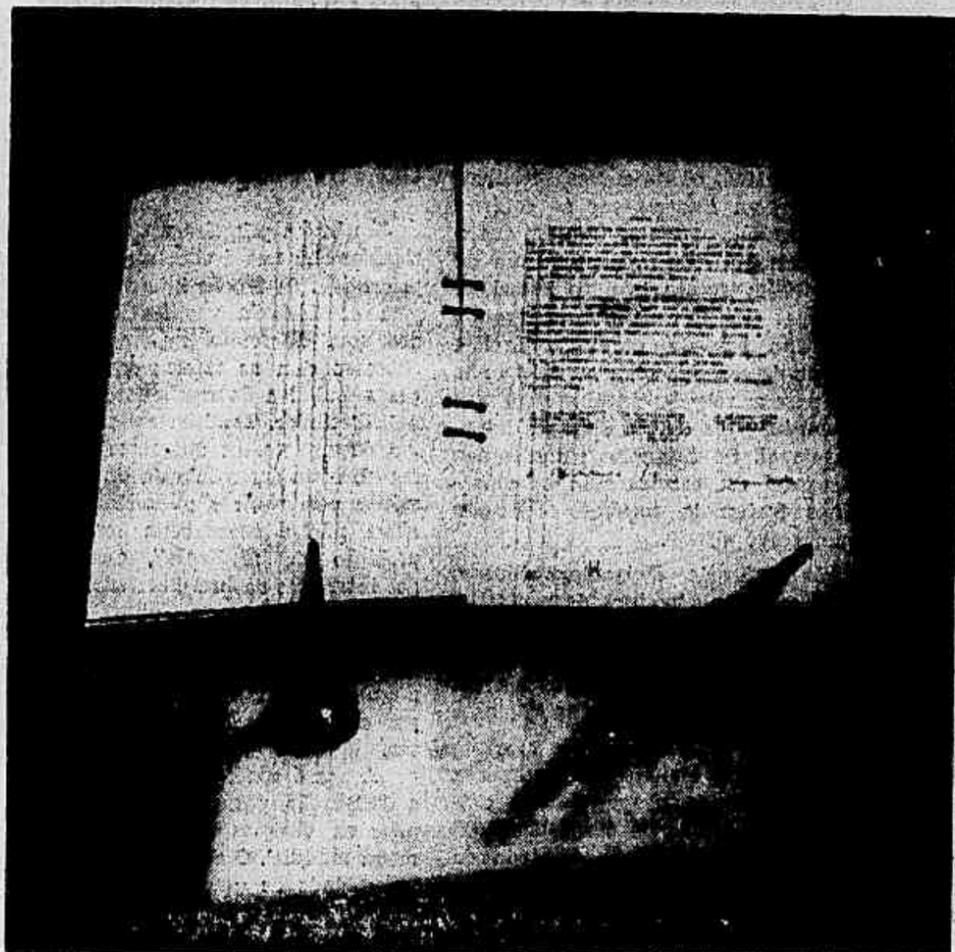
Os dirigentes do PCC, usando inescrupulosamente palavras e expressões, caluniam maliciosamente o Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, sua direção, órgãos dirigentes, e dirigentes de outros partidos comunistas e operários, especialmente Kruschiov. Vê-se, por tudo isso, que se colocaram o objetivo especial de comprometer destacados dirigentes do movimento comunista que travam uma luta de princípios e conseqüente contra a linha divisionista dos dirigentes chineses.

Os soviéticos rechaçam com ira e indignação essa campanha indigna. Todo o povo soviético e o PCUS estão unidos como nunca em torno do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, encabeçado por Kruschiov.

O governo soviético declara que continuará fazendo tudo que esteja ao alcance de suas forças para eliminar as discrepâncias surgidas e não poupará forças nem tempo para fortalecer sua unidade com a China à base de princípios marxistas-leninistas e do internacionalismo proletário.

Estamos profundamente convencidos — diz a declaração do governo soviético — de que na situação criada, a questão da suspensão da polémica aberta entre os governos da República Popular Chinesa e da URSS, entre o PCC e o PCUS, continua sendo atual.

No entanto, seria um enorme erro os dirigentes chineses interpretarem erroneamente nossa boa vontade. Se têm o propósito de continuar realizando ações hostis contra a União Soviética, caluniar nosso Partido e outros partidos irmãos, e reforçar sua atividade divisionista dentro do movimento comunista mundial, devem ter perfeitamente em conta que se chocarão, neste caminho, com a mais decidida resposta por parte do PCUS e de todo o povo soviético.



DOCUMENTO HISTÓRICO

A última página do acordo de Moscou de proibição das provas nucleares, vendo-se as assinaturas dos ministros do Exterior das três potências signatárias. A foto foi tomada logo depois da assinatura dos documentos.